



Ministério da Educação
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

**DIVERSIDADE NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL:
Educação para as relações étnicos raciais**

Sandra Pereira de Souza

Orientadora Prof.^a Dra. Rita Silvana Santana dos Santos - UAB/UnB
Tutora Orientadora Prof.^a Ma Lucilene Costa e Silva - SEEDF

Brasília (DF), dezembro de 2015

Sandra Pereira de Souza

**DIVERSIDADE NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL:
Educação para as relações étnicos raciais**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob orientação da Prof.^a Dra. Rita Silvana Santana dos Santos - UAB/UnB e tutora orientadora Prof.^a Ma Lucilene Costa e Silva

TERMO DE APROVAÇÃO

Sandra Pereira de Souza

DIVERSIDADE NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: Educação para as relações étnicos raciais

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Prof.^a Dra. Rita Silvana Santana dos Santos - UAB/UnB
(Professora-orientadora)

Prof.^a Ma Lucilene Costa e Silva - SEE/DF
(Examinador interno)

Prof.^a Ma Givânia Maria da Silva - SEPPIR
(Examinadora externa)

Brasília, 19 de dezembro de 2015

DEDICATÓRIA

A Deus e meus amigos espirituais por estarem sempre me guiando.

Aos meus pais pela formação moral e pelo caráter. Em especial a minha mãe Luzia que sempre acreditou na educação como um caminho para se superar as adversidades da vida, que me ensinou a lutar sempre, desistir jamais.

Aos meus irmãos Hiandra e Zander pelo incentivo e suporte. Aos meus amigos pela compreensão de minha ausência

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos colegas professores, a equipe gestora da escola que contribuíram de forma significativa na construção desta pesquisa

A minha irmã Hiandra pelas orientações, dicas valiosas e incentivo. Ao meu irmão Zander pelo suporte técnico a qualquer hora.

A minha amiga Liliam Duarte pelo incentivo, apoio, parceria e companheirismo nos momentos de dificuldade. Pela generosidade que não cabe em si, pela doçura e firmeza que se unem e se completam.

A minha Querida Tutora Lucilene Costa e Silva pela atenção, carinho e orientações precisas no momento da construção do pensamento em todas as etapas da pesquisa, o que foi de grande valia para a construção da minha identidade como mulher, negra, e profissional da educação.

A todos, meu Axé, carinho e eterna gratidão.

EPÍGRAFE

Nosso grande medo não é o de que sejamos incapazes.
Nosso maior medo é que sejamos poderosos além da medida.
É nossa luz, não nossa escuridão, que mais nos amedronta.
Nos perguntamos:
"Quem sou eu para ser brilhante, atraente, talentoso e incrível?"
Na verdade, quem é você para não ser tudo isso?
Bancar o pequeno não ajuda o mundo.
Não há nada de brilhante em encolher-se para que as outras pessoas
não se sintam inseguras em torno de você
E à medida que deixamos nossa própria luz brilhar,
inconscientemente damos às outras pessoas permissão
para fazer o mesmo.

Nelson Mandela

(Discurso de posse, em 1994)

RESUMO

A presente pesquisa busca analisar como está sendo desenvolvido a diversidade no currículo da educação infantil de instituição de ensino do distrito federal: educação para as relações étnico raciais de forma a contribuir na construção da identidade da criança negra e também de seus pares. O trabalho tem uma abordagem qualitativa a partir da análise da visão dos sujeitos e das representações das crianças por meio de desenhos. Os resultados demonstram que o artigo 26 A, da lei 10639/03 que trata da educação para as relações étnico raciais ainda segue desconhecido pelos professores que atuam com o currículo da educação infantil. Embora professores e alunos apresentem identidade com pertencimento a raça negra, a construção se deu a partir das suas vivências cotidianas com temas relacionados como o racismo e a discriminação. A conclusão é que se faz mister uma ampla divulgação e investimento em formação continuada que deve contemplar a identidade, a diversidade e o contexto em que todos estão inseridos para que se ofereça suporte para o trabalho pedagógico que contribuirá efetivamente para o pertencimento a raça negra.

Palavras-chave: Relação étnico racial. Diversidade. Currículo. Identidade negra.

Resumo

La presente pesquisa busca conocer como está siendo desarrollado la diversidad en el currículo de la enseñanza de los niños de una institución de enseñanza del Distrito Federal: educación para las relaciones étnicas raciales que contribuyen en la construcción de la identidad de los niños negros e de sus pares. La pesquisa tiene un abordaje cualitativo partido de los cuestionarios y dibujos de los niños haciendo sus representaciones fenotípicas. Los resultados demuestran que el artículo 26-A de la Ley 10.639/03 que trata de la educación para las relaciones étnicas raciales en cuanto sigue desconocido por los Mestres que actúan en la enseñanza de niños menores. Aunque Mestres e alumnos tengan identidad con perteneciente a raza negra esta construcción se debe las vivencias que tuvieron en su cotidiano con temas relacionados a discriminación y racismo. Puedes concluye que hay que se hacer una divulgación y coger con investimentos cerca de la formación de la maestría, donde se contemplé la identidad, la diversidad y el contexto que todos están inseridos ofreciendo soporte para el trabajo pedagógico que contribuya con la formación de la identidad negra

Palavras-chaves: Relaciones étnicas raciales. Diversidad. Currículo. Identidad negra

Lista de Gráficos

Quadro 1 - matrículas educação infantil, por declaração de raça 2012	28
Quadro 2 - matrículas educação infantil, por declaração de raça 2013	30
Quadro 3 - matrículas educação infantil, por declaração de raça 2014	31

Lista de tabelas

Tabela 1 - Resposta para existência do racismo	47
Tabela 2 – Conhecimento da Lei 10.639/03	49

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Identidade de raça	46
Gráfico 2 – Mediador de conflitos	48
Gráfico 3 – Conhecimento da Lei 10.639/03	50
Gráfico 4 – Capacitação da área específica	50
Gráfico 5 – Construção do Projeto Político Pedagógico	51

Lista de Figuras

Figura 1- Desenho representação de identidade de raça aluno 1	52
Figura 2- Desenho representação de identidade de raça aluno 2	53
Figura 3- Desenho representação de identidade de raça aluno 3	53
Figura 4- Desenho representação de identidade de raça aluno 4	54
Figura 5- Desenho representação de identidade de raça aluno 5	54
Figura 6- Desenho representação de identidade de raça aluno 6	55
Figura 7- Desenho representação de identidade de raça aluno 7	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO II – REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1. Retomada da Identidade Negra	19
2.2. Currículo da Educação Infantil	25
2.3. Valores Civilizatórios Presente na Educação Infantil	34
2.4. Formação dos Professores e a Realidade do Trabalho Pedagógico	35
2.4.1. O Coordenador Pedagógico	38
2.4.2. Formação Continuada	40
CAPÍTULO III – METODOLOGIA DA PESQUISA	43
3.1. Coleta de Dados	45
3.2. Análise dos Dados	46
3.3. Análise das Representações dos Alunos	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERENCIAS	61
APÊNDICES	65
Apêndice 1	65
Apêndice 2	67
Apêndice 3	68

INTRODUÇÃO

A escola enquanto espaço de transformação vem sendo utilizada por diversos setores marginalizados da sociedade como instrumento de luta, empoderamento e demonstra uma grande capacidade transformadora em relação às desigualdades econômicas, sociais, étnico raciais e de gênero.

O espaço educacional que até algum tempo demonstrou o papel de reprodutor de conhecimentos, apenas atendendo aos anseios de uma classe dominante, agora passa a ser ocupado pela sociedade como um todo que exige o seu lugar, e luta para ter sua história construída e também reproduzida de forma crítica e consciente. A escola deixa o seu papel de educação bancária, reprodutora, e de mera preparação para o mercado de trabalho, como bem descreveu Paulo Freire¹, e passa a ser um espaço de construção de conhecimento, formador de opinião e de novos profissionais críticos e melhor qualificado.

Recentemente chega à baila do espaço escolar a luta dos movimentos negros que foi a conquista pelo espaço onde passa a ter a sua história contada a partir das suas vivências e não sob o prisma do colonizador. E neste sentido a Lei 10639/03 faz alcançar a todos o Ensino de História e Cultura afro brasileira e africana, almejando a construção de relações étnico-raciais respeitadas e saudáveis.

Nesta perspectiva buscou-se realizar um estudo sobre a implementação da lei 10639/03 no espaço escolar no âmbito da educação infantil. A questão investigada foi saber “Como é desenvolvida as relações étnicos raciais no currículo da educação infantil na instituição de ensino especial do distrito federal?” Como objetivo foi pensado analisar como estava sendo desenvolvido as relações étnicos raciais no currículo da educação infantil em uma instituição de ensino especial da rede pública do Distrito Federal e os objetivos específicos que ajudam a subsidiar e delimitar são:

- Investigar como a Lei 10.630/03 está sendo aplicada na Educação Infantil;

¹ Paulo Freire (1974) chamou a Educação Bancária como imposição do conhecimento realizada pelo professor sobre o aluno na medida em que o professor já os adquiriu e dispõe destes. Sendo assim, possível sua ação de depósito nos alunos. Tratr-se-ia de uma atitude opressiva sobre alunos que se encontrariam passivos e apenas receptivos daquilo que o professor depositaria. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974

- Analisar a postura de gestores e professores acerca do tema;
- Analisar a relação e a formação dos professores com o tema etnorracial no ambiente da coordenação pedagógica;
- Elucidar as representações das crianças à luz do tema de diversidade etnorracial buscando reconhecer elementos que permitam o diálogo entre a realidade e a lei 10.369/03.

A pesquisa foi realizada em uma escola de Ensino Especial do Distrito Federal. É uma Unidade de Ensino de natureza especial e não apresenta um currículo específico, uma vez que se encontra inserido e utiliza o currículo do ensino regular de acordo com a progressão do aluno. Como recebemos alunos de 4 anos oriundos da educação precoce, idade que o aluno seria encaminhado para educação infantil e na grande maioria dos alunos, que hoje se encontram no centro, não conseguiram atingir progressão para os níveis subsequentes do ensino regular. Sendo amparados legalmente pela adaptação curricular que seguirá o tempo, as potencialidades e as possibilidades de cada indivíduo respeitando suas idiossincrasias. Por todo este contexto privilegiou-se o currículo da Educação Infantil para analisar as relações étnico raciais respeitando-se o desenvolvimento de cada um.

A pesquisa está organizada em três seções: II - Referencial Teórico, III – Metodologia da Pesquisa e Análise de dados, e Considerações finais. A primeira parte trata da delimitação do tema a ser tratado, o contexto, os objetivos e justificativa que levou a pesquisadora a enveredar-se pelos caminhos da pesquisa nesta área.

O segundo capítulo trata do referencial teórico do presente trabalho e busca realizar um breve resgate da destruição e reconstrução da identidade negra no Brasil a partir das lutas dos movimentos negros e a disputa pelo território do currículo escolar. E menciona os autores como Kabengele Munanga (2009), Nilma Nilo (2005), Miguel Arroyo (2011) que trazem embasamento para a pesquisa

O terceiro capítulo demonstra o tipo de pesquisa, a coleta de dados, os instrumentos utilizados, o contexto da pesquisa e os participantes. Na sequência há uma descrição de como os dados foram coletados e as dificuldades encontradas para a sua realização. A análise dos dados de certa forma comprova os resultados esperados à medida que demonstram um maior reconhecimento da identidade negra por seus

indivíduos mesmo que ainda não haja um posicionamento político, pois, sua identidade ideológica está em processo de construção e afirmação.

Justificativa

Quando se pensa em abolição da escravidão no Brasil, geralmente vem à mente uma boa ação da Princesa Isabel que deliberou libertar os escravos. Ao se estudar a história do Brasil, percebe-se que a abolição vinha ocorrendo aos poucos e que após a assinatura da Lei Áurea², os negros foram simplesmente jogados para fora das fazendas, e “deixados à própria sorte” como denomina Florestan Fernandes³ (apud SECAD,2005). Sua mão de obra foi rechaçada, uma vez que ninguém pagaria pelo serviço de um negro⁴! Santos (2005) escreve que o negro “sem o capital social, ou seja, sem o conjunto de relacionamentos sociais influentes que uma família ou indivíduo tem para a sua manutenção e reprodução, logo os ex-escravos perceberam que a luta pela liberdade fora apenas o primeiro passo para a obtenção da igualdade, ou igualdade racial. ”

No pós abolição os negros percebem que a luta estava apenas iniciando e eles necessitavam dar continuidade a este processo quando “precisam criar técnicas sociais para melhorar sua posição social e/ou obter mobilidade social vertical, visando superar a condição de excluído. ” (SANTOS 2005 apud SECAD 2005)

Assim, os negros abandonados, não dispunham de políticas públicas que os inserisse na sociedade: sem educação, saúde e saneamento básico. Ainda havia um problema a mais, eles estavam "enfeirando" a população brasileira, com suas características físicas, falta de recursos materiais e seus costumes e neste contexto, nos grandes centros, os negros foram empurrados e marginalizados para os morros conhecidas como favelas e atualmente comunidades.

² Até 1888, ano da abolição formal da escravidão no Brasil, por meio da chamada Lei Áurea, a população negra escravizada vivenciou a experiência de ter seus poucos direitos, assinalados em vários documentos oficiais, sob a tutela dos senhores de terra e do Estado. (CHALHOUB,1990; MATTOS, 1997)

³Florestan Fernandes apud SECADI. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10,639/03, p. 13-49. Brasília.2005

⁴ Aqui sempre que utilizar o termo negro estou me referindo a população da raça negra, ao povo negro. Que Gomes (2005, p. 39) esclarece como negras pessoas classificadas como pretas e pardas nos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

Sendo a raça entendida como uma relação de poder e dominação (MUNANGA⁵, 2003:27), o racismo emerge das demonstrações agressivas de ódio e intolerância racial, sendo incorporadas às atitudes de parte da população em relação à população negra.

A política de branqueamento que aconteceu no Brasil durante o século XX, foi a continuação através da aceitação e implementação do racismo científico produzido no século XIX na Europa e a tentativa de branquear a população brasileira facilitando a entrada de imigrantes europeus no país. Os imigrantes tinham acesso a empregos, o que não acontecia com os negros libertos, que foram marginalizados da sociedade e as poucas possibilidades que tinham de conseguir algum emprego estava em servir aos brancos. Assim, percebemos como a população negra recebeu as terríveis denominações de marginais, vagabundos e etc., tendo em vista que o Estado não lhes proporcionou, de maneira alguma, a possibilidade de uma inserção digna na sociedade.

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de reconhecer na realidade escolar as relações etnoraciais que estão se estabelecendo nas escolas, balizando os conceitos presentes e verificando a aplicabilidade da lei 10.369/03 que faz parte de um programa de políticas públicas para a eliminação do racismo e outras formas correlatas de discriminação.

Abordar o tema ainda é muito delicado uma vez que estamos em uma sociedade que acredita que o racismo não existe, que as pessoas não são racistas tornando cada vez mais forte e presente o mito da democracia racial como cita Theodoro⁶ (2012).

Munanga diz que “o resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas”. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros, ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos cotidianamente é fruto de todo os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolva em,

⁵MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, em 5 nov. 2003.

⁶Theodoro, Mário (org.); Jaccoud, Luciana; Soares, Sergei. As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos de após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.

contribuíram cada uma a seu modo na formação da riqueza econômica e social da identidade nacional. (MUNANGA, 2005, p16)

O tema abordado começa a tomar corpo quando me interessei pelo tema diversidade de gênero e raça nas escolas da rede pública do Distrito Federal e realizei o primeiro curso sobre sexismo e homofobia e outros cursos acerca do tema.

Esta é uma temática que me acompanha: mulher, negra e pobre? Sem vitimização me orgulho destas condições e faço delas minha luta cotidiana. E a partir daí, sempre no caminho de busca por conhecimento, formação de identidade e construindo uma autoestima positiva, lutei por meus ideais, mas a vida não acontece assim para todos.

Por isso, a necessidade de informação e formação para a construção de consciência visando dar voz aos excluídos, que nesta pesquisa apresentam-se como professores, gestores e alunos negros.

A Constituição Federal de 1988 traz a garantia de direitos universais a todos cidadãos negros, mas em uma sociedade em que os colonizadores impuseram um modo de vida e relação de trabalho, onde oprimia os negros tivemos uma construção deturpada da realidade, dos valores humanos e conseqüentemente, compressão equivocada dos valores do povo negro. E a educação sofre influências significativas neste contexto apenas reproduzindo e mantendo as necessidades da sociedade burguesa vigente a cada época, reproduz ainda em materiais didáticos, a história do holocausto negro, de um povo sem valor sendo explorados em sua força braçal, emocional, psicológica e na inexistência de direitos.

Contexto da Pesquisa

A pesquisa será realizada no Centro de Ensino Especial⁷ que foi inaugurado em 28 de outubro de 1998, em uma região administrativa que atende cerca de 350 alunos com necessidades educativas especiais – PNE que pertencem a comunidade local, assim como de região administrativas vizinha e o entorno. Os alunos desta unidade de ensino são

⁷ Informações extraídas do Projeto político pedagógico da escola de 2014. Este projeto permite definir a identidade da escola traçando seus princípios éticos, político e ideológico e delimitando o trabalho pedagógico

advindos de classe populares de baixa renda e participantes de programas do governo como bolsa família, beneficiários do Sistema previdenciário e em sua maioria são alunos pertencentes a raça negra, segundo metodologia empregada pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

A unidade de ensino oferece atendimentos de ensino especializado nas modalidades de Transtorno Global do Desenvolvimento - TGD, Deficiência Intelectual - DI, Deficiências Múltiplas - DMu, Educação PRECOCE, Oficinas Profissionalizantes, Sócio Profissionalizantes e EJA Interventivo, baseado no currículo funcional e o currículo adaptado da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e oferece ainda atendimentos: Interdisciplinar e Complementar para alunos inclusos na rede regular ensino.

O corpo de funcionários é composto por cerca de 90 professores especialistas em educação especial, 13 funcionários da carreira assistência a educação. Uma equipe de apoio a aprendizagem composta por um psicólogo, um orientador educacional e uma pedagoga e quatro monitores.

CAPÍTULO II

REFERENCIAL TEÓRICO

“Éramos todos humanos até que,
 A raça nos desligou.
 A religião nos separou.
 A política nos dividiu.
 O dinheiro nos classificou”
 Deva Nishok

Por se tratar de um tema contundente no sentido de contrapor aos preceitos sociais relacionados às relações étnico-raciais presentes na sociedade, primeiramente foi realizado um levantamento sobre os autores que versam sobre a diversidade do currículo e das relações etnoraciais em consonância com a Lei 10.369/03.

Comecei estas leituras que se referem a negritude no Brasil, ao mito da democracia racial, a elaboração da política pública que direcionou a Lei Federal de uma educação antirracista e a inclusão do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo da educação básica, mais especificamente da educação infantil. Para isso, destacam-se Nilma Nilo Gomes⁸, Kabengele Munanga⁹, Eliane dos Santos Cavalleiro, Miguel Arroyo e Lucilene Costa e Silva. Por ser um assunto atual e que necessita de formação e atualização profissional, construção de identidade e consciência, há uma quantidade significativa de artigos que poderão compor este referencial teórico.

Na abordagem legal foi utilizada a Constituição Federal de 1988, as Diretrizes curriculares Nacionais para a educação das relações étnico raciais, dados do censo escolar da Secretaria de Educação do Distrito Federal para fundamentar a discrepância de acesso

⁸ Nilma Lino Gomes é doutora em Antropologia Social pela USP e professora-adjunta do Departamento de Administração Escolar da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

⁹ Possui Graduação em Antropologia Cultural pela Université Officielle Du Congo à Lubumbashi (1969) e Doutorado em Ciências Sociais (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (1977). Atualmente é Professor Titular da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia das Populações Afro-Brasileiras, atuando principalmente nos seguintes temas: racismo, identidade, identidade negra, África e Brasil. **(Texto informado pelo autor)**. Extraído página www.usp.br

e permanência da população negra em relação a população branca nas escolas, e o currículo em movimento da Secretaria de Estado Educação do Distrito Federal.

Segundo Gomes¹⁰ (2001, p.86) as práticas pedagógicas quando se põem em patamar de igualdade tendem a mostrar-se discriminatórias por não valorizar os conhecimentos prévios dos alunos e acabam por excluir os valores culturais de um povo.

Neste sentido, quando voltamos o nosso olhar para a diversidade étnica, hoje, o contexto presente em nossas práticas escolares é de lembrar destas diversidades apenas em dias comemorativos por serem estabelecidos por lei e por privilegiar a historicidade das áreas de artes, literatura e de histórias.

Este privilegio foi por muito tempo questionado por professores das séries iniciais, inclusive por professores da educação infantil, sob alegação de não terem formação acadêmica adequada e que apenas as áreas de história, literatura e artes deveriam trabalhar tais aspectos do currículo. E em verdade não há uma mobilização nas unidades de ensino para se desenvolver tal trabalho, entretanto, tal questionamento foi derrubado pelo Parecer 03/2004 do Conselho Nacional de Educação/Conselho de Educação Básica ao esclarecer que todos os segmentos da educação devem tratar do assunto, objeto desta pesquisa, o qual passa a integrar o currículo.

O trabalho pedagógico, historicamente, acaba por reproduzir e impor uma história de repressão, omissão e de mito sobre o povo africano e a formação da sociedade brasileira. A construção da história brasileira e a constituição da sociedade denegaram a participação e contribuição do povo negro desde o momento da assinatura da abolição da escravatura onde historicamente não existiu qualquer mobilização por parte do governo em termos de política pública para amparar os negros recém libertos, abandonados à própria sorte.

Faz-se relevante valorar a contribuição cultural, artística, religiosa e a força psicológica deste povo que luta de sol a sol por sua dignidade. Neste sentido me embaso em MUNANGA (2005, 16):

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos

¹⁰ GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001, p.83-96

alunos de outras ascendências étnicas principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, também levam suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todo segmento étnico que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social da identidade nacional.

Na construção do perfil do negro - pelos brancos - foi associado ao seu fenótipo características negativas como cabelo ruim por ser crespo, nariz achatado, sujo pela sua cor, como determinantes da raça. Porém, não lhe atribuíram características positivas como a força do trabalho, o conhecimento da agricultura e da produção da lavoura; as mulheres como excelentes e sábias educadoras, mães zelosas e sobretudo a capacidade de lutar por seus ideais, após serem arrancadas de suas famílias e nação.

Todas as características negativas sobre o perfil do negro são transmitidas as crianças que estão em processo de formação e acabam por incorporarem isto como verdades absolutas. O uso da literatura infantil como instrumento desmitificador desta cultura, possibilita um trabalho pedagógico rico e utiliza uma característica ímpar da cultura africana: a sabedoria dos GRIÔS¹¹ como parte da oralidade da cultura africana.

Estas impressões são incorporadas pelos professores da Educação Infantil e acabam aplicando em sua prática e que segundo Santana¹² (2006, apud SECAD 2006) o educador é um ser humano possuidor de singularidade e está imerso em determinada cultura que se apresenta na relação com o outro (igual ou diferente). Manifestar-se contra as formas de discriminação é uma tarefa do educador que não deve se omitir diante da violação dos direitos da criança.

2.1 Retomada da identidade negra

“Triste época! É mais fácil desintegrar um átomo do que um preconceito”
Albert Einstein

¹¹ **Griô:** segundo Nei Lopes forma aportuguesada para GRIOT, termo franco africano, criado na época colonial, para designar o narrador, cantor, cronista e genealogista que, pela tradição oral, transmite a história de personagens e famílias importantes das quais, em está a serviço. (2006, p.73)

¹¹ Santana apud SECADI. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03. Brasília, 2005.

¹² Santana apud SECADI. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03. Brasília, 2005.

Para avançarmos na discussão sobre o tema se faz necessário esclarecer o uso do termo identidade que é repleto de complexidades devido ao seu uso cotidiano e banalizado, ganhando um peso maior quando acrescido de adjetivos que agregam uma sobrecarga política, filosófica, ideológica.

Nos dicionários de Língua Portuguesa Michaelis (2009) online encontramos o termo identidade como:

sf (lat identitate) **1** Qualidade daquilo que é idêntico. **2** Paridade absoluta. **3 Alg.** Espécie de equação ou de igualdade cujos membros são identicamente os mesmos, ou igualdade que se verifica para todos os valores da incógnita. **4 Dir** Conjunto dos caracteres próprios de uma pessoa, tais como nome, profissão, sexo, impressões digitais, defeitos físicos etc., o qual é considerado exclusivo dela e, conseqüentemente, considerado, quando ela precisa ser reconhecida. **I. pessoal:** consciência que uma pessoa tem de si mesma.

Para o nosso estudo nos interessa a igualdade entre membros e a tomada de consciência que uma pessoa tem de si mesma. Ora é o ideal almejado pela comunidade negra ao longo de décadas de luta ter sua identidade reconhecida por si e pelos seus pares. Como cita GOMES¹³ (2005, p. 40) ao reescrever a proposição da visão de Munanga a respeito da identidade:

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA, 1994: 177-178)

Gomes (2005, p. 39-62) enfatiza que a busca pela identidade também influenciará no resultado do processo uma vez que haverá um destaque das diferenças em toda a sociedade, ou seja, haverá uma maior visibilidade das dicotomias existentes proporcionando uma apropriação ou tomada de consciência por parte deste “ser” que o levará a uma articulação dando autonomia na construção da sua identidade.

¹³ Gomes, Nilma Nilo. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão In: Educação Anti-Racista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10,639/03. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 40.

Para falar da identidade negra é preciso fazer uma reconstrução da desconstrução de identidade após a retirada brusca de suas famílias, de sua cultura, de suas tradições e de seus país; uma vez que esta construção perpassa pelas relações que são estabelecidas a partir do meio social em que o sujeito se relaciona.

A identidade negra, segundo Nilma Nilo (2005) deve ser compreendida “como uma construção histórica, cultural e plural. Implica a construção de um olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmo, a partir da relação como outro.” (GOMES, apud SECAD 2005, p.43)

Grande parte do continente africano ficou conhecida pela sua diversidade cultural e pela tradição sendo conhecida como o Mundo da Tradição, uma vez que seu povo sempre primou pela transmissão de seus conhecimentos por meio da oralidade, mesmo passando a ser conhecida como o berço da escrita. Sabe-se que esta transmissão de conhecimento era realizada pelos anciãos conhecidos como Griôs ou Griot, primeiro por contar com a sua credibilidade de haver vivenciado muitos das fábulas que trazem ao conhecimento da comunidade e pela repetição das mesmas.

Ao serem retirados de suas vidas e introduzidas no “holocausto negro”¹⁴ toda a sua cultura foi oprimida e reprimida por uma falsa salvação pregada pelos colonizadores católicos daquele período. Um meio de burlar todo este processo era usar da oralidade e da tradição a qual tinham conhecimento e buscar resgatar e manter sua cultura.

A negação da identidade pelos colonizadores impõe uma identidade cultural, política, religiosa e exploradora chamada identidade eurocêntrica, ou seja, utilizado o modelo de superioridade, uma vez que acreditavam ser superiores pelos conhecimentos náuticos e filosóficos que já eram detentores.

E hierarquização de raça, que segundo Michael Banton (1977) “os europeus utilizaram o conceito de raça para designar qualquer grupo humano com ascendência comum, o termo era mais ou menos sinônimo de linhagem”. O que inicia a materialização do racismo do século XIX. O que define o “pensamento racista não é a preocupação com diferenças somáticas, mas a tentativa de identificar características internas essenciais

¹⁴ GOMES, Nilma Nilo. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Secretaria de educação

que são herdadas de uma geração a outra e determinadas populações, identificadas como raça”.

O termo **Raça**, aqui neste trabalho, não está ligado a significado biológico de constituição de um povo que promove uma ideia de superioridade e hierarquização promovendo o racismo como esclarece Gomes (2005, p45) “raça ainda é o termo que consegue dar a dimensão mais próxima da verdadeira discriminação contra os negros, ou melhor, do que é o racismo que afeta as pessoas negras da nossa sociedade.” Ainda que os movimentos sociais e militantes não utilizem com a conotação biológica, mas como força, com “atribuição de significado político e considerando as dimensões históricas e cultural que este nos remete.” (GOMES 2005, p 47)

A racialização envolve a imposição de categorias ou grupos subordinados pelo grupo dominante, junto com definições de grupos categorizados como intrinsecamente inferior, como descreveu Guimarães (2002), em seu trabalho. Esta racialização está baseada em características de biótipo, cultural ou de origem, imputadas ou reais, buscando essencializar um grupo étnico podendo ser de forma positiva ou negativa ou a junção dos dois. A racialização constrói o racismo e o perpetua dando vida ao racismo científico do século XIX, questionando a dignidade, os valores, a capacidade de pensamento e realização do povo negro. O que se confirma nas palavras de Cohen¹⁵ (1981, apud MUNANGA,2009):

Jamais uma nação de pele escura, cabelo crespo e rosto prógnato chegaria espontaneamente à civilização. Pescoço, nariz, pernas, dedos e órgãos sexuais do negro foram analisados e considerados provas de sua diminuição intelectual, moral, social, política, etc.” colocando o negro na base de uma pirâmide evolutiva ou civilizatória, como determina alguns pensadores do século XIX.

As relações de poder construídas no período de escravidão se mantêm velada silenciosamente desde então, acometida atualmente pelas relações sociais e trabalhistas de péssimas remunerações e ainda explicitada pela escravidão econômica vigente.

¹⁵Cohen apud Munanga, K. Racialização, Racismo e Mudança: um ensaio teórico, com exemplos do pós-abolição paulista. Natal, 2013.

Diante da visão eurocêntrica, parte do povo negro acaba se subjugando a este tipo de trabalho que na luta pela sobrevivência, o seu salário, no período da escravidão, era os restos de alimento, vísceras de animais, acomodações desumanas e até uma preguiça para o trabalho foram associadas à sua subserviência. Mas, como atribuir ao negro a preguiça? Seus exploradores mal imaginavam que esta era sua forma de lutar, de fazer rebelião e demonstrar resistência ao trabalho desumano, forçado e sem remuneração, como escreve Munanga (2009, p34) “uma revolta passiva”.

Desta forma, se estabelece o **racismo** que nada mais é que a crença na existência de raças entre os humanos e dela deriva a hierarquização e a superioridade de um povo sobre o outro. Nei Lopes¹⁶ (2006, p 141) define racismo como:

Doutrina formalizada na França, em meados do século 19, para afirmar a superioridade de determinados grupos étnicos, nacionais, linguísticos religiosos, etc. sobre outros. Por extensão o termo passou a designar as ideias e práticas discriminatórias advindas dessa afirmada superioridade. O conceito de superioridade racial carece de base científica, já que o ser humano, em termos biológicos, é mais produto do ambiente cultural em que vive do que resultado de uma de herança genética.

Segundo CASHMORE¹⁷ (2009, p. 461), o racismo é a atribuição de um significado social (sentido) a determinados padrões de diversidade fenotípicas e/ou genéticas, juntamente com características de imputações deterministas, adicionais de outras características reais ou supostas a um grupo constituído por descendência. Essas características, por sua vez, devem ser negativamente avaliadas e/ ou designadas como a razão para justificar o tratamento desigual do grupo definido. ”

A partir destas definições encontramos três tipos de racismo:

Individual que refere-se ao racismo entre um branco considera-se superior ao negro depreciando seus traços físicos, seu comportamento social e suas qualidades intelectuais e culturais, sempre tendo como referência ao racismo a pessoa branca.

Institucional manifesta-se nas práticas, costumes estabelecidos e leis que refletem os interesses da sociedade acentuando suas desigualdades e podem apresentar-se de forma velada ou evidente, intencional ou não

¹⁶ Lopes, Nei. Dicionário escolar afro-brasileiro. São Paulo: Selo Negro edições, 2006.

¹⁷ Cashmore, Ellis *et al.* Dicionário de relações étnicas e raciais. São Paulo: Summus, 2000.

intencional, este tipo de racismo pode ser considerado um racismo institucional.

Cultural refere-se ao rechaçamento da cultura e da origem de um indivíduo ou comunidade. Este tipo de racismo geralmente é gerado pelo racismo individual que se propaga na formação do indivíduo que o leva para as instituições tornando-se assim co dependentes um do outro.

Assim, a democracia racial pode ser compreendida nas palavras de Gomes (2005, p 57):

[...] como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre os dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidades e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminação construídos sobre esse grupo social.

Na busca por aceitação o negro se envereda nos caminhos de se identificar com aquele que o humilhava, aprendendo a sua língua, vestindo-se como europeu, buscando o casamento com pares da raça branca, etc. Tal postura passou a ser conhecido como embranquecimento da raça que MUNANGA (2009, 37) descreve “o embranquecimento, que em sua totalidade a elite negra alimentava o sonho de assemelhar-se tanto quanto possível ao branco para, na sequência reclamar dele o reconhecimento de fato e de direito.”

Persevera por uma luta de conquistas de direitos universais e fundamentais, o negro busca resgatar a sua identidade e se fortalecem por meio dos movimentos populares que se sobressai na década de 30 com a criação do Movimento Negro¹⁸, onde posteriormente também foi criado o Teatro Experimental Negro e em 1978 surge o MNU Movimento Negro Unificado, onde busca resgata da identidade negra e lutar por direitos, que estão intrinsecamente ligado a educação, que serão conquistados efetivamente na

¹⁸ Movimento Negro Unificado segundo Nei Lopes (2006) é um nome genérico dado, no Brasil, ao conjunto de entidades privadas empenhadas na luta pelos direitos de cidadania da população afrodescendente. (...) no sentido amplo, entretanto, o movimento negro existe desde as confrarias e sociedades de auxílio mútuo constituídas, ainda na época escravista, com a finalidade de proporcionar a alforria de seus membros; e passa por Frente Negra Brasileira, fundada em São Paulo em 1931, e pelas diversas organizações criadas em todo o Brasil, da década de 1930 até a ditadura de 1964. LOPES, Nei. **Dicionário escolar afro-brasileiro**. São Paulo: Selo Negro edições, 2006.

Constituição Federal de 1988, onde o Brasil se reconhece como Estado Democrático de Direito enfatizando a cidadania e a dignidade da pessoa humana, ainda que presente o preconceito, o racismo e a discriminação aos negros que passou inclusive por momentos de exclusão de acesso e permanência no ambiente educacional.

2.2 Currículo da Educação Infantil

Diante do exposto sobre a trajetória do racismo e discriminação no Brasil, a partir da CF de 1988 há um novo olhar sobre as questões de igualdade direitos universais onde todos os seres humanos passam e ser vistos como cidadãos igualitários. Leia-se:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição

Se alcançamos direitos universais igualitários, estes também deveriam alcançar o âmbito educacional perpassando pelo acesso e permanência na escola; vencidas esta etapa há de se superar as desigualdades sociais que se dá por meio da ampliação de acesso, permanência e conclusão da educação básica com êxito. A educação, como instrumento transformador do aparelho do Estado, acaba sendo encarregada de realizar as reparações de anos de discriminação. Estes caminhos são enveredados por meio da lei de diretrizes e bases da educação brasileira, 9394/96 - LDB.

Outro grande avanço na Constituição Federal de 1988, em com o Artigo 208 que trata da universalização do ensino e da visão a Educação infantil:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

A LDB define os caminhos da educação nacional e revela-se moderna, mas ainda cercada de vícios que mais tarde foram sanados pela lei 10.639/03 que trata de reparar erros de 314 anos de escravidão e 115 anos de pós abolição, no tocante a valorização do povo negro. A referida Lei, irá alterar os artigos 26, 26A e 79 estabelecendo a educação para as relações étnicas raciais e para o ensino de história e cultura afro brasileira e africana que traz em seu escopo as reivindicações da população negra quanto ao seu reconhecimento enquanto seres pertencentes a esta sociedade, a solicitação de uma educação que clama por mudança, reconhecendo as diversidades sejam culturais, étnicas, religiosa, de postura e do jeito de viver, levando a desconstruir o mito da democracia racial.

Neste sentido a escola enquanto espaço de luta necessita de uma organização para executar o que está estabelecido na Lei, esta organização se dará por meio do currículo que precisa estar em consonância como uma educação que se pretenda para as relações étnicas raciais, onde todos alunos negros, brancos, asiáticos, indígenas, assim como seus professores, se sintam valorizados e possam construir relações étnico raciais saudáveis, onde o trabalho pedagógico seja articulado entre os seus diversos saberes e não estejam limitadas ao espaço escolar podendo ter diversos atores como parceiros deste novo momento.

Miguel Arroyo¹⁹ (2011, p12) descreve bem esta luta pela diversidade do currículo:

Essas ricas e tensas reconfigurações da cultura e das identidades profissionais pela diversidade de movimentos e ações coletivas por reconfigurar o território dos currículos de formação e de educação básica. Os conhecimentos, os valores aprendidos nessa diversidade de lutas por identidades coletivas pressionam para obter vez no currículo.

Arroyo (2011, p.13) refere-se ao currículo como território em disputa, pois as relações podem ser levadas a tencionar, se particularizando ou radicalizando, de acordo como a disputa abordada, uma vez que o “currículo é o núcleo e o espaço central mais

¹⁹ Arroyo, Miguel G. Currículo, território em disputa. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2011.

estruturante da função da escola.” Neste espaço de disputa os movimentos populares, em especial o movimento negro, veem influenciando o currículo com suas demandas exigindo o seu lugar na constituição da sociedade brasileira, como afirma Arroyo, os movimentos que pressionam por currículos de formação e de educação básica mais afirmativos dessas identidades coletivas e por lugar no território do conhecimento legítimo as experiências e saberes dessas ações afirmativas desejam sobretudo por reconhecimento como sujeitos coletivo de memória, história e culturas que levam indagações e tencionam as disputas para as áreas do currículo e da docência.

“Essa diversidade de lutas postas na sociedade em tantas fronteiras e territórios por direitos, por ações afirmativas terminam afetando e reconfigurando a cultura de identidades docentes” (ARROYO 2011, p.11), que influenciara a identidade, também, de seus alunos, uma vez que o professor está imbuído de conceitos e preconceitos que também foram apreendidos.

O currículo da educação infantil está repleto de complexidades, uma vez que tem a preocupação com o educar e cuidar de crianças de 0 a 5 anos de idade e como define as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil que dispõem em seus artigos:

Art. 3º O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

O primeiro desafio para se vencer, está na oferta e demanda de alunos para ingressar na educação infantil, que segundo o art. 208, I deverá ofertar vagas para as crianças entre 4 e 17 anos de forma gratuita, o que inclui o conhecido pré-escolar ou jardim de infância, hoje constituído no Distrito Federal pelos Centros de Educação Infantil – CEI, que oferta vaga para crianças de 4 e 5 anos, atendendo ao posto pelo artigo.

Segundo pesquisa realizada junto a Coordenação de Informações Educacionais da Secretaria de Educação do Distrito Federal, os censos escolares dos últimos três anos mostram que os alunos matriculados por regional de ensino já realizam sua declaração de identidade de raça, sendo que não é um item de matrícula obrigatório para ser respondido, mas que os pais e /ou responsáveis tem considerado importante respondê-lo.

Quadro 1 - matrículas educação infantil, por declaração de raça censo escolar 2012

COD CRE	CRE	COR/RAÇA						TOTAL
		BRANCA	PRETA	PARDA	AMARELA	INDIGENA	NÃO DECLARADA	
1	PLANO PILOTO/CRUZEIRO	1.093	74	937	18	5	1.104	3.231
2	GAMA	654	73	1.295	3	4	215	2.244
3	TAGUATINGA	1.054	102	1.591	7	3	631	3.388
4	BRAZLANDIA	511	91	858	6	1	112	1.579
5	SOBRADINHO	566	76	1.428	3	0	334	2.407
6	PLANALTINA	527	27	663	4	0	1.028	2.249
7	NUCLEO BANDEIRANTE	567	67	888	12	3	168	1.705
8	CEILANDIA	1.327	129	2.361	12	3	1.731	5.563
9	GUARA	186	16	300	2	7	634	1.145
10	SAMAMBAIA	415	27	1.180	6	2	568	2.198
15	SANTA MARIA	479	64	1.109	20	5	590	2.267
17	PARANOIA	50	15	137	1	0	656	859
18	SAO SEBASTIAO	294	48	926	4	2	161	1.435
19	RECANTO DAS EMAS	266	48	614	7	2	264	1.201
							TOTAL	31.471

Fonte: Coordenação de Informações Educacionais DF Censo Escolar SEEDF 2012.

Ao analisarmos o censo escolar²⁰ da SEEDF2012 verificamos que a identidade de raça começa a ser valorizada e abre possibilidades para a realização de políticas públicas e ações afirmativas que visam atender a demanda da população negra, que na maioria dos casos, também é uma população que está à margem do processo de escolarização principalmente por questões financeiras.

²⁰ Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional, Coordenação de Informações Educacionais DF, Censo Escolar SEEDF 2012. Informações cedidas via e-mail pessoal

Outro ponto que se pode verificar é a diferença do quantitativo entre a população negra e branca, sendo que em algumas regionais de ensino, o número de alunos negros matriculados, como na regional de Samambaia, é maior que o número de alunos de cor branca. A partir dos dados do censo escolar podemos verificar e constatar que o número de alunos negros supera o número de alunos brancos. Sendo possível ainda destacar que no ato da matrícula muitos alunos e familiares se consideram pardos mantendo seu pertencimento a categoria negros distante, porém aceitável ao pertencimento. Isto de dá também com base nos instrumentos de pesquisa utilizados pelo Instituto de Geografia Estatísticas Brasileira – IBGE.

Quadro 2 - matrículas educação infantil, por declaração de raça – censo escolar 2013

COD CRE	CRE	COR/RAÇA						TOTAL
		BRANCA	PRETA	PARDA	AMARELA	INDIGENA	NÃO DECLARADA	
1	PLANO PILOTO/CRUZEIRO	1.221	97	1.037	19	4	1.183	3.561
2	GAMA	634	87	1.358	5	3	268	2.355
3	TAGUATINGA	1.089	100	1.705	7	1	561	3.463
4	BRAZLANDIA	517	85	939	4	1	172	1.718
5	SOBRADINHO	552	86	1.555	5	0	299	2.497
6	PLANALTINA	585	33	907	2	1	1.321	2.849
7	NUCLEO BANDEIRANTE	646	68	932	13	3	162	1.824
8	CEILANDIA	1.198	120	2.330	11	3	1.824	5.486
9	GUARA	214	31	372	2	5	558	1.182
10	SAMAMBAIA	476	44	1.374	4	1	555	2.454
15	SANTA MARIA	472	56	1.077	10	1	1.123	2.739
17	PARANOIA	30	8	121	1	0	726	886
18	SAO SEBASTIAO	436	63	1.049	7	2	110	1.667
19	RECANTO DAS EMAS	263	35	809	2	1	103	1.213
							OTAL	33.894

Fonte: Coordenação de Informações Educacionais DF Censo Escolar SEEDF 2013.

No quadro 2 quantifica que o número de matrículas aumenta e conseqüentemente o número de alunos que se autodeclararam com identidade negra também aumenta em todas as regionais de ensino.

Quadro 3 - matrículas educação infantil, por declaração de raça censo escolar 2014

COD CRE	CRE	COR/RAÇA						TOTAL
		BRANCA	PRETA	PARDA	AMARELA	INDIGENA	NÃO DECLARADA	
1	PLANO PILOTO/CRUZEIRO	1.192	128	1.067	19	3	1.179	3.588
2	GAMA	666	99	1.508	7	5	403	2.688
3	TAGUATINGA	1.087	105	1.636	9	3	581	3.421
4	BRAZLANDIA	565	78	934	11	2	197	1.787
5	SOBRADINHO	482	58	1.320	6	0	387	2.253
6	PLANALTINA	574	34	795	2	2	1.540	2.947
7	NUCLEO BANDEIRANTE	656	74	969	12	1	321	2.033
8	CEILANDIA	1.342	109	2.410	17	2	2.413	6.293
9	GUARA	219	35	458	1	0	328	1.041
10	SAMAMBAIA	414	50	1.501	6	2	420	2.393
15	SANTA MARIA	527	68	1.182	9	0	1.001	2.787
17	PARANOIA	49	7	125	1	0	726	908
18	SAO SEBASTIAO	352	64	959	11	1	341	1.728
19	RECANTO DAS EMAS	343	46	796	1	0	74	1.260
							TOTAL	35.127

Fonte: Coordenação de Informações Educacionais DF Censo Escolar SEEDF 2014.

O quadro 3 refere-se ao censo de 2014 que reafirma o aumento do número de matrículas na EI e mais uma vez o número também é crescente quanto ao quantitativo de matrículas de alunos que se declaram negros.

Cabe ressaltar que comparando os censos dos três últimos anos, a população negra tem conseguido alcançar o acesso à educação que atende aos objetivos educacionais que abrange a universalização de matrículas dos alunos de 4 a 6 anos como determina a lei o art. 208, I.

Diante da etapa vencida para se conhecer qual a identidade de raça abrange do grupo de sujeitos que compõe a comunidade escolar, o currículo não pode mais se furtar a continuar reprimindo as diversidades e identidades existentes no contexto a que ele está inserido e trabalhando a seu serviço, uma vez que de acordo com ARROYO (2011) “esta foi uma disputa que foi se instalando ao longo dos tempos dominados por um senso comum sem racionalidade”.

Agora com o reconhecimento da diversidade e com maior autonomia, esta comunidade que tem domínio sobre a sua identidade também passa a exigir conhecimentos e postura que venha a desfazer os erros do passado, uma afirmação da inferiorização da raça por meio de reproduções de estereótipos sexistas e racistas dos povos indígenas, quilombolas, do campo, negros e pobres.

Este fato se dá quando o docente também se reconhece e inicia embates políticos do que ensinar, ler e aprender que Arroyo (2011 p. 42) descreve como “um indicador de que os profissionais da educação básica cresceram em autonomia ameaçando o papel de reprodutores dos valores e das representações inferiorizantes que pesam sobre eles e sobre os setores populares com os quais trabalham. ”

Sendo assim, esta disputa ganha força e passa a reconhecer o povo negro positivamente como contribuinte da construção de uma sociedade com produção de valores, cultura, ética e estética, sendo capazes de acrescentar sem negar aquilo que foi ensinado e aprendido até então.

Vencida a etapas de oferta de vagas e do currículo, agora inicia-se uma disputa interna em sala de aula no que se refere ao material didático e literário ofertado para se trabalhar está diversidade.

Em seu artigo 8º, as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil²¹ - DCNEIs ressaltam que o objetivo principal da educação infantil “é impulsionar o desenvolvimento integral das crianças ao garantir a cada uma delas o acesso à construção de conhecimentos e à aprendizagem de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à

²¹ Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Disponível em:

file:///C:/Users/Sandra%20Souza/Downloads/DCN%20E%20Infantil%20rceb005_09.pdf. Acesso em 08/09/2015

liberdade, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com seus pares etários, com crianças de diferentes faixas etárias e com os adultos.”

Do ponto de vista que norteia o Currículo em movimento aposta justamente nas imensas possibilidades e potencialidades das crianças e das infâncias, conhecê-las em seus fazeres, linguagens, invenções, imaginações, brincadeiras e cuidados. Assim, a Educação Infantil precisa oferecer as melhores condições e os recursos construídos historicamente para a criança porque ela é um ser que se humaniza por estar aberta ao mundo, por portar desejos, por interagir com outras pessoas, por significar e atuar sobre o mundo, por fazer história e cultura, por ser memória, presente e futuro, por ser um corpo que fala, por ser um novo começo para a humanidade. Um ser que vai constituindo-se nas e pelas relações objetivas e subjetivas de sua trajetória no mundo (SEEDF, SD p. 23-24)

A educação infantil está norteada por princípios políticos, éticos e estéticos que estão esclarecidos nas DCNEIs (2012, p20-30) e dele destaque:

- **Princípios éticos** – referem-se à valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. O trabalho educativo organiza-se e estrutura-se de modo a assegurar às crianças a manifestação de seus interesses, desejos e curiosidades, a valorização de suas produções, o apoio à conquista da autonomia na escolha de brincadeiras e de atividades, de modo a viabilizar:
 - combate aos preconceitos, discriminações negativas e bullying;
 - aquisição dos valores, como os da inviolabilidade da vida humana, a liberdade e a integridade individuais, a igualdade de direitos de todas as pessoas, a igualdade entre homens e mulheres, assim como a solidariedade a grupos vulneráveis política e economicamente;
 - respeito à diversidade religiosa e cultural e combate a toda forma de racismo, machismo, sexismo e homofobia;
 - cuidado com os bens materiais e patrimônio histórico-cultural.
- **Princípios políticos** – referem-se à garantia dos direitos de cidadania, o exercício da criticidade e do respeito à democracia. A criança, produtora e consumidora de cultura, é participante da vida social, modifica e é modificada pelas interações que estabelece com o outro, com a cultura e com o ambiente, por meio das múltiplas linguagens. Dessa forma, a instituição deve proporcionar-lhe:
- **Princípios estéticos** – referem-se à valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da pluralidade de manifestações artísticas e culturais. O envolvimento da criança com as manifestações artísticas oportuniza-lhe o desenvolvimento da imaginação, de habilidades criativas, da curiosidade e da capacidade de expressão nas múltiplas linguagens (gestual, corporal, plástica, verbal, musical, escrita e midiática, entre outras), a partir de estímulos sensoriais e pela leitura e releitura, criação e recriação, apropriando-se de muitos saberes.

2.3 Valores Civilizatórios Africanos presente na Educação Infantil

A história e cultura africana e afrodescendente está embasada em princípios que Munanga (2009) e Leite (1996)²², denominam de valores civilizatórios e que se encontram presentes em classes de educação infantil, que são: oralidade, força vital, circularidade, ludicidade, corporeidade, musicalidade e cooperativismo.

- Força vital: refere-se ao sagrado, ao mesmo tempo que é a energia da natureza, é o sopro de vida do homem, é tudo que está vivo, sendo este sagrado e em constante interação. Leite (1996) refere-se àquela energia inerente aos seres que faz configurar o ser-força ou força-ser, não havendo separação possível entre as duas instâncias, que, dessa forma, constituem uma única realidade.

- Oralidade: Segundo Leite (1996) está ligado ao vital, pois seria a palavra a representação da força vital. Trindade refere-se ao gosto e prazer de ouvir muito mais que ler pelo fato de se aguçar o imaginário, e reflete que o falar e o ouvir podem ser libertadores.

- Circularidade: está definida como o ato de sentar-se em círculo para contar história, ouvir música, ou simplesmente conversar. É o próprio movimento da vida – cíclico.

- Corporeidade: é o reconhecimento do seu próprio corpo como patrimônio de sua constituição enquanto ser. Valorizar o seu corpo segundo Azoilda Trindade está relacionado na educação infantil e neste sentido precisamos valorizar os nossos corpos e de nossos alunos como possibilidade de trocas, encontros. Valorizar os corpos como possibilidade de construções, produções de saberes e conhecimento são desafios de respeitá-lo, senti-lo.

- Musicalidade: A musicalidade, a dimensão do corpo que dança e vibra em resposta aos sons só reafirma a consciência de que o corpo humano também é melódico e potencializa a musicalidade como um valor.

²² Leite, Fábio. Valores civilizatórios em sociedades negro-africanas. In: África: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, São Paulo, 18-19 (1). 103-118, 1995/1996. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/Valores-civilizatorios-em-sociedades-negro-africanas4.pdf> Acesso em: 18/10/2015

- Ludicidade: segundo Azoilda é a alegria, o gosto pelo riso, pela diversão a celebração da vida. Se não fossemos um povo feliz, um povo que deseja viver certamente estriamos mortos em vida, sem cultura, sem manifestações culturais genuínas, sem axé.
- Cooperatividade: o povo negro tem intrínseco a cooperatividade por entender que não vive só, isolado, necessitando cuidar de si e do outro, compartilhar é palavra de ordem.

Sendo assim, o currículo deve estar em consonância com a realidade e as demandas sociais, me permito aqui fazer uma comparação: os valores civilizatórios da cultura africana e o currículo da educação infantil, inclusive tendo como referência de trabalho de Azoilda Trindade apresentado no programa Salto para Futuro (s/n), onde cada elemento constitui o trabalho pedagógico diário, ; devido conhecimento e correlacionado com a realidade, não estamos minimizando outras civilizações, mas demonstrado que os valores civilizatórios afro-brasileiros estão presentes na cultura, no pensamento, no agir, no ser, no fazer, no pensar do povo brasileiro e a EI agrega valores na formação da identidade e na educação para as relações étnicos raciais no ambiente escolar.

Desta forma, os professores devem estar atentos e buscar conhecimento para que possam minimamente oferecer aos seus alunos condições adequadas de construção de sua identidade respeitando as suas idiossincrasias e os levando a se tornarem cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Esta é uma questão subjetiva no tocante a construção de identidades que cabe reflexões e ações, buscar confrontar a realidade “imposta”, reconhecer-se como parte integrante deste micro e macrocosmo de universalidades e diversidades.

2.4. Formação dos Professores e o Diálogo com a Realidade do Trabalho Pedagógico.

Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador.
A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente,
na prática e na reflexão da prática”
Paulo Freire (1991, p58)

De acordo com o proposto no art., 3º e respectivos parágrafos da resolução 01 de 17 de junho de 2004 do Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno²³ escolar a formação continuada de professores se dará em âmbito escolar

Art. 3º A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004.

§ 1º Os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras incentivarão e criarão condições materiais e financeiras, assim como proverão as escolas, professores e alunos, de material bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários para a educação tratada no “caput” deste artigo.

§ 2º As coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares.

§ 3º O ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, nos termos da Lei 10639/2003, refere-se, em especial, aos componentes curriculares de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.

§ 4º Os sistemas de ensino incentivarão pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros, ao lado de pesquisas de mesma natureza junto aos povos indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira.

Art. 4º Os sistemas e os estabelecimentos de ensino poderão estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos e projetos de ensino.

Posta a Lei, como está se realizado este trabalho nas coordenações pedagógicas uma vez que também é um espaço de disputa? O coordenador pedagógico tem conseguido articular tais demandas?

Nas DCNs para a Educação das Relações Étnico Racial e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana está prevista a formação de professores tanto nos

²³ Ministério da Educação. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino e história e cultura afro-brasileira e africana. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013, P. 77.

cursos de licenciatura, quanto em cursos de capacitação em serviço com o apoio do Sistema Nacional de Formação Continuada e Certificação de Professores do Ministério da Educação, onde cada instituição deverá:

incluir o estudo de análises das relações sociais e raciais no Brasil, conceitos e bases teóricas, tais como racismo, discriminações, intolerâncias, preconceitos, estereótipos, raça, etnia, cultura, classe social, diversidade, diferença, multiculturalismo; de práticas pedagógicas, de matérias, e de textos didáticos, na perspectiva da reeducação das relações étnico raciais e do ensino de História e Cultura dos Afro-brasileiros e dos Africanos. Incluir discussão da questão racial como parte integrante da matriz curricular tanto nas licenciaturas quanto na Educação Infantil, nos anos iniciais e finais do Educação Fundamental, Educação Média, Educação de Jovens e Adultos, como processo de formação continuada de professor, inclusive de docentes no Ensino Superior. (Diretrizes Curriculares Nacionais, 2004, p.2)

Cabe ressaltar que a formação inicial dos professores também vem passando por adequações uma vez que a referida lei também alcança as academias e a formação de professores que se colorarão no mercado de trabalho com uma visão mais adequada de si, do outro e da sua história.

Os professores devem se preparar para manter um diálogo e levar seus alunos a construir suas identidades possibilitando o pensar, decidir, agir e se relacionar com responsabilidade diante de suas relações étnico raciais erradicando o racismo e a discriminação.

O docente deve estar atento e preparado para trabalhar os princípios estabelecidos pelo DCNs que estão postos:

- Fortalecimento de identidades de direito;
- Ações educativas de combate ao racismo e a discriminação;
- Consciência política e histórica da diversidade.

Nilma Lino Gomes (2003, p. 172) realizou um excelente trabalho de pesquisa sobre a formação de professores no qual escreve que “embora não tivesse como foco principal a formação de professores, (...) fatalmente somos questionados sobre a formação dos docentes. E ao considerarmos a relação entre as representações sobre o corpo negro e os processos de formação de professores, alguns questionamentos vêm à tona: como os educadores negros e brancos pensam o próprio corpo? Como pensam e veem o corpo negro? Durante os processos de formação docente, os educadores têm contato com

reflexões que discutem as representações construídas em nossa sociedade sobre o negro, sua estética, sua ascendência africana e as formas como estas se misturam com situações de racismo, discriminação e preconceito racial? Como os professores lidam com as diferenças étnico-raciais inscritas no seu próprio corpo e no corpo de suas alunas e de seus alunos? ”

Como seres humanos que passaram por todo um processo de construção de identidade influenciados pela colonização e pela escravidão, o professor também leva para a sua prática pedagógica todos estes “conceitos” reproduzindo-os, porém

quais são as representações que nós, docentes, construímos desde a infância sobre o negro, seu corpo e sua estética? Será que essas representações, quando negativas, tornam-se mais fortes no exercício do trabalho docente, a ponto de nos tornar cegos e surdos para entender o que os nossos alunos tentam nos comunicar? Quantas vezes não ouvimos frases como “o negro fede”; “o cabelo rastafári é sujo e não se pode lavá-lo”; “o negro que alisa o cabelo tem desejo de embranquecer”; “aquele é um negro escovadinho”; “por que você não penteia esse cabelo pixaim”; “esses meninos de hoje usam roupas estranhas, parecem pivetes”? Quantas vezes essas frases não são repetidas pelos próprios docentes, dentro de sala de aula, nas conversas informais e nos conselhos de classe? Quantas vezes essas frases não são emitidas nos corredores das faculdades de educação e nas universidades? Gomes (2003, p 173-174)

Isto posto, cabe-nos buscar compreender como está sendo realizada a formação profissional que está prevista em Lei para ser realizada no ambiente de coordenação pedagógica e como este espaço tem sido utilizado uma vez que é um espaço de articulação.

2.4.1 O Coordenador Pedagógico

O papel do coordenador pedagógico ainda não está bem delimitado no espaço escolar, uma vez que em sua prática acaba assumindo outras funções, estas administrativas, e não desenvolvem fielmente o seu papel. Estes desvios são destacados por Geglio²⁴ (2012, p 115-116) que destaca que:

o coordenador pedagógico é compelido a responder por necessidade do contexto escolar que não são de sua responsabilidade. (...) não se pode

²⁴ Geglio, Paulo César. O papel do coordenador pedagógico na formação do professor em serviço. In: O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola/Vera Maria Nigro de Souza Placco, Laurinda Ramalho de Almeida, organizadoras – 9ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012, p. 115-116.

concordar que estas ações se tornem uma constante na rotina do coordenador uma vez que haverá uma redução no tempo destinado às atividades ligas a sua função.

O espaço da coordenação pedagógica deve ser utilizado para articular as ações do cotidiano e promover a reflexão sobre a prática na qual os docentes estão inseridos, uma vez que este é um processo contínuo e dialético onde há uma necessidade de reflexão sobre a onde se deseja chegar, o que e como fazer para chegar e as ações necessárias para corrigir eventuais descaminhos. Libâneo (2003, p.28) afirma que:

para enfrentar mudanças, a ação e a reflexão atuam simultaneamente, porque elas estão entrelaçadas. Podemos traduzi ideias em ações. Propõe-se, assim, uma formação do profissional – tanto a inicial como a continuada – baseada na articulação entre a prática e a reflexão sobre a prática, de modo que o professor vá se transformando em um profissional crítico e reflexivo, isto é, em profissional que domina uma prática refletida.

Deste modo, o espaço da coordenação como troca de experiências e construção de saberes deve ser valorizado e aproveitado de forma crítica a partir da realidade vivenciada. Nóvoa²⁵ (1995 p. 25) ressalta que a formação não se constrói por acumulação de cursos, conhecimentos ou técnicas), mas sim através de um trabalho se reflexividade crítica sobre a prática e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. ”

Para que essa reconstrução seja significativa se faz necessário que o coordenador tenha bem definido o seu papel enquanto coordenador. A Secretaria de Educação do Distrito Federal todo ano edita a portaria que regulamenta escolha dos coordenadores dentre os professores de cada unidade de ensino. E as atribuições do coordenador pedagógico estão definida no Regimento Escolar de 2015²⁶:

Art. 119. A coordenação pedagógica constitui-se um espaço-tempo de reflexões sobre os processos pedagógicos de ensino e aprendizagem e formação continuada, tendo por finalidade planejar, orientar e acompanhar as atividades didáticos pedagógicas, a fim de dar suporte ao Projeto Político Pedagógico.

§ 1º As ações devem contemplar a implementação do Currículo da Educação Básica e das Orientações Pedagógicas da SEEDF em vigor;

§ 2º Cabe ao coordenador pedagógico articular ações que garantam a realização da Coordenação Pedagógica.

Art. 120. São atribuições do Coordenador Pedagógico:

²⁵ Nóvoa. A. (org.). Formação de professores e profissão docente. In: Nóvoa. Os professores e a sua formação. Lisboa, Portugal, D. Quixote, 1992 (Temas da Educação/1).

²⁶ Secretaria de Estado de Educação. Regimento escolar da rede pública de ensino do distrito Federal, 6ª Ed. Brasília, 2015

- I -elaborar anualmente Plano de Ação de Atividades do Coordenador Pedagógico na unidade escolar;
- II – participar da elaboração, da implementação, do acompanhamento e da avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola;
- III – orientar e coordenar a participação docente das fases de elaboração, da execução de implementação e de avaliação da Organização Curricular;
- IV – articular ações pedagógicas entre os diversos segmentos da unidade escolar e a coordenação Regional de Ensino, assegurando o fluxo de informações e o exercício da gestão democrática;
- V – divulgar e incentivar a participação dos professores em todas as ações pedagógicas promovidas pela SEEDF;
- VI – estimular, orientar e acompanhar o trabalho docente na implementação do currículo da Educação Básica e as Orientações Pedagógicas da SEEDF, por meio de pesquisa, de estudo individuais e em equipe, e de oficinas pedagógicas locais, assegurando a Coordenação Pedagógica como espaço de formação continuada;
- VII – divulgar, estimular e apoiar o uso de recursos tecnológicos no âmbito da unidade escolar;
- VIII – colaborar com os processos de avaliação institucional, articulando os três níveis de avaliação, com vistas à melhoria do processo de ensino aprendizagem e recuperação dos rendimentos /desempenho escolar.

Sendo assim as atribuições seguem em três aspectos imprescindíveis planejar, assistir e instruir. Na instrução está a formação continuada destacada no artigo 119 do regimento que diz divulgar e incentivar a participação dos professores nas atividades pedagógicas, inclusive na formação continuada.

2.4.2 A formação continuada

O aprendizado contínuo é uma constante na vida dos professores, o profissional deve estar aberto “a aprender a aprender” e a escola viabiliza esta formação, uma vez que o educador/a está experienciando sua prática, fazendo-se necessário inclusive atender a legislação como é o caso da implementação da lei 10.639/03, instrumento desta pesquisa.

Nesta situação a formação dos professores, que visa atender a referida Lei, deve ser oferecida pela Secretaria de Educação, promovendo a formação dos profissionais que estão atuando em sala de aula levando a apropriação dos saberes africanos e provendo a construção da sua identidade enquanto ser pertencente a uma sociedade de formação sobretudo negra e que evidencia o racismo e a discriminação em sua pratica, até porque, estes são conceito aprendidos como ‘corretos’ durante o processo de formação devido a visão eurocêntrica em que fomos educados.

Celestino²⁷ (2012, p.31) afirma que o aprendizado contínuo é uma exigência dos dias atuais, faz-se necessário desenvolver a competência de “aprender a aprender e continuar aprendendo” durante toda a vida profissional. Essa competência é exigida não só para os alunos da educação básica, mas para todos os profissionais, todas aquelas pessoas que estão inseridas no mundo do trabalho”

O cotidiano escolar oferece muitas situações tensas que são vivenciadas pelos professores e alunos, e a globalização de certa forma contribui para difundir novos hábitos socioculturais e econômicos influenciando no padrão de comportamento de pessoas e crianças, trazendo uma nova realidade para a sociedade atual. Estes conflitos são indicadores e norteadores para novos caminhos da formação continuada de professores levando em conta o que será necessário analisar, repensar e (re)estruturar esta realidade tendo objetivos claros para superação destes conflitos. Para isso, faz-se necessário o mínimo de conhecimento por parte dos profissionais da educação para provocar as mudanças que se pretende.

A formação continuada deve contemplar a identidade, a diversidade e o contexto que os professores estão inseridos. Imbernón²⁸ (2009, p. 22) destaca que

o fato de a diversidade e da contextualização como elementos imprescindíveis na formação (a preocupação pela cidadania, pelo meio ambiente, pela diversidade, pela tolerância etc.) e que o desenvolvimento e a diferença entre as pessoas sempre têm lugar num contexto social e histórico determinado, que influi em sua natureza. Isso desencadeará um questionamento de práticas uniformizantes e potencializará a formação a partir de dentro, na própria instituição ou no contexto próximo a ela, onde se produzem as situações problemáticas que afetam o professorado.

Para isso, o trabalho deve ser cooperativo e colaborativo, o professor deve ter a intenção de adquirir novos conhecimentos e ter vontade de mudar. Imbernón (2009, p. 26) faz algumas considerações acerca da formação

a formação permanente do professorado requer um clima de colaboração e sem grandes resistências ou resistências entre o professorado (não muda quem não quiser mudar, ou não se questiona o que faz aquele que pensa que está muito bem), uma organização minimamente estável nos centros (respeito, liderança democrática, participação de todos os membros etc.) que dê apoio à formação e uma

²⁷ Celestino, Marco Roberto. Coordenação Pedagógica e corpo docente: a importância da formação continuada. In: Augusto Guzzo Revista Acadêmica, n. 9, São Paulo, 2012.

²⁸ Imbernón, Francisco. Formação permanente do professorado: novas tendências. São Paulo: Cortez, 2009.

aceitação que existe em uma contextualização e diversidade entre o professorado e que isso leva a maneira de pensar e agir diferentes. Tudo isso contribui para conseguir uma melhoria na aceitação de mudança e de inovação de práticas.

O coordenador pedagógico como incentivador, mediador e articulador desta formação deve estar atento para promover a reflexão, desenvolver atitudes e incentivar o corpo docente a utilizar a escola como espaço de mudança que pode influenciar e mudar a sociedade e não apenas reproduzir conhecimento. Para tanto o planejamento desta formação é de extrema relevância, uma vez que se promoverá uma ação-reflexão-ação que provocará o reconhecimento das identidades, uma mudança de postura em relação a educação para as relações étnico raciais e a mudança da realidade onde eles estão inseridos.

A formação continuada na unidade de ensino em estudo está sempre voltada para questão da identidade e desenvolvimento do indivíduo com necessidade especial, no sentido de proporcionar-lhe melhores condições de desenvolvimento cognitivo, pedagógico e a sua valorização enquanto ser. A constituição de identidade enquanto ser negro está implícita no trabalho cotidiano e na maioria das vezes trazida ao contexto em datas comemorativas ou quando o contexto do currículo o exige.

Embora reconheça-se o trabalho do coordenador pedagógico no que tange a formação continuada o presente trabalho irá se ater a articulação que o coordenador poderá realizar dentro do contexto escolar uma vez que o trabalho de formação continuada nos possibilitaria um outro estudo.

Capítulo III

Metodologia da pesquisa

“Um dia de chuva é tão belo como um dia de sol.

Ambos existem; cada um como é.”

Fernando Pessoa

Segundo Prodavam²⁹ (2013, p.14) a metodologia é a aplicação de procedimento e técnicas que devem ser observados para a construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade. Neste sentido a presente pesquisa terá uma abordagem qualitativa, uma vez se busca a compreensão de como ocorre a construção da identidade de ser negro e as suas relações dentro do contexto do currículo na educação infantil.

Por isso, tal pesquisa teve como característica descrever e compreender a realidade do espaço pedagógico, onde o currículo deveria ser desenvolvido e articulando as relações entre currículo no tocante a diversidade nas relações étnicos raciais e os sujeitos que nele estavam envolvidos.

Lakatos e Marconi (2007, p. 21 apud Prodavam,2013) “afirmam que a utilização de métodos científicos não é exclusiva da ciência, sendo possível usá-los para resolução de problemas do cotidiano (...), por outro lado não há ciência sem a aplicação do método científico”. Então, é importante ressaltar que o trabalho pedagógico depende do conhecimento que o profissional tem acerca do assunto, a sua formação e a articulação que o coordenador pedagógico realiza para encaminhar os profissionais e alunos nesta trajetória de construção do conhecimento podendo haver o uso de métodos científicos em sua prática diária.

Partindo do princípio que o método é um procedimento ou caminho para se alcançar determinado fim e que a finalidade da ciência é a busca do conhecimento, podemos dizer que o método científico é um conjunto de procedimentos adotados com o

²⁹ Prodavam, C.C.; Freitas, E.C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2^a. ed. Novo Hamburgo, 2013.

propósito de atingir o conhecimento. (Prodavam, 2013, 24). Seguindo este princípio a presente pesquisa teve como instrumentos os questionários para profissionais e análise de desenhos realizados pelos alunos para identificar a sua identidade, uma vez que estávamos tratando de alunos com necessidades especiais e que não apresentavam um processo de escrita normatizado estabelecido e foi por meio de conversa informal com alunos que foram realizados por amostragem aleatória, devido ao curto prazo para a realização deste trabalho.

Gil³⁰ (2102, p. 101-102) defende que a observação apresenta uma vantagem em relação a outras técnicas uma vez que os fatos são percebidos diretamente pelo pesquisador distanciando e ou reduzindo a subjetividade que permeia este trabalho. Aqui o pesquisador, utilizando a observação simples, deve se manter no grupo de estudo de forma espontânea, mas como um expectador sem interferir na dinâmica da realidade estudada.

Segundo Pádua³¹ (2012, p 72) os questionários são instrumentos de coleta de dados que são preenchidos pelos próprios informantes, sem a presença do pesquisador. Este questionário foi composto por perguntas fechadas para que se evidencie questões de gerais como sexo, idade, tempo de atuação no magistério e questões abertas que deveriam buscar o conhecimento do professor acerca da temática central desta pesquisa. Deste modo, os questionários foram aplicados por amostragem proporcional e aleatória, sendo 9 professores perfazendo um total de 10% dos professores da Unidade de Ensino. Quanto aos coordenadores foram retirados 3 profissionais, totalizando 50% deste grupo para foram o campo de amostragem que possa evidenciar a articulação do seu trabalho junto aos professores desta escola. Assim, podemos considerar segundo Gil (2012, p. 92) que esta será uma “amostra estratificada que delimita um subgrupo”, neste caso, de professores que atuam desenvolvendo o currículo da educação Infantil

Esta escolha do grupo de amostragem se justificou por que estes sujeitos faziam parte de uma instituição do Distrito Federal onde era desenvolvido o currículo da educação infantil.

³⁰ Gil, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

³¹ Pádua, Elisabete Matallo Marchesini de. Metodologia de pesquisa: abordagem teórico pratica. 17ªed – Campinas, SP. Papyrus,2012

A coleta de dados no grupo de alunos que faziam parte da escola estava incluída no currículo da educação infantil e será realizada a partir de representações por meio de desenhos artísticos livres seguindo as instruções que foram emitidas pelos seus professores que foram devidamente orientados pelo pesquisador. Deste grupo composto por 350 crianças trabalhamos com uma amostragem de 25 totalizando 7 alunos onde a faixa etária variou entre 15 e 21 anos, por fazerem parte de uma comunidade com deficiência intelectual, Transtorno global do desenvolvimento e deficiências múltiplas sua idade mental não correspondendo a idade cronológica.

A abordagem a ser realizada com os alunos seguiu os seguintes passos:

1. Pediu-se aos alunos que fizessem seu autorretrato, não se esquecendo de nenhum detalhe! Desenhe como você é!
2. Pode pintar usando as cores que mais se aproximem de como você é.

Neste sentido, por se tratar de uma pesquisa que envolvia o currículo, a história da reconstrução de identidade de um povo, a formação de professores e o espaço da coordenação pedagógica estávamos abordando variáveis que envolviam complexidades antagônicas e que necessitavam estar bem claras na visão do investigador para que não viessem a comprometer a validação da pesquisa.

3.1 Coleta de Dados

Os dados foram coletados no período de 26 de outubro de 2015 a 09 de novembro de 2015, por amostragem entre os professores que estavam presentes na escola, devido ao movimento grevista legítimo realizado pela categoria. Porém não parou a pesquisa devido ao escasso tempo que tínhamos para finalizá-la. Então, foi necessário adaptá-la e realizá-la com o quantitativo presente mesmo se tratando de uma pesquisa de abordagem qualitativa, não atingindo o grupo de coordenadores necessários, sendo imprescindível incluir a equipe gestora como membros participantes deste evento.

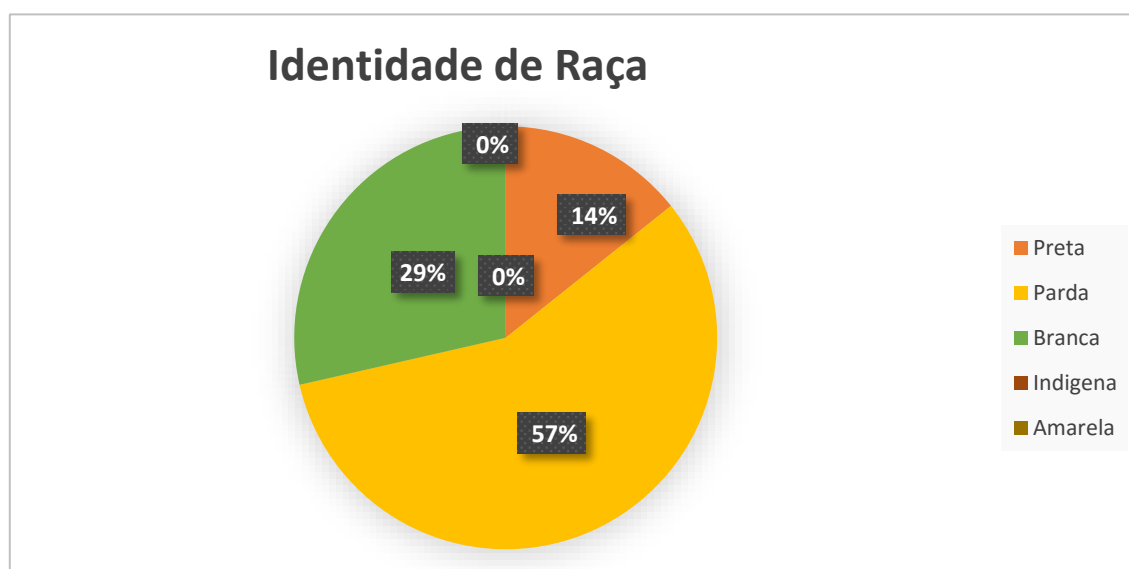
A pesquisa foi realizada por amostragem de forma aleatória, após os sujeitos serem convidados a participarem, foram distribuídos 20 questionários sendo que houve devolutiva de 10 professores, 1 coordenador, 1 supervisor pedagógico, 1 vice-diretor e 1 diretor, totalizando 13 participantes.

Os participantes têm idade que variavam entre 30 e 56 anos, todos com formação inicial em nível de graduação, sua formação na grande maioria em pedagogia, um em arte cênica e dois em educação física e a atuação no magistério variando entre 5 e 25 anos, sendo apenas 23% deste grupo não possuía vínculo de professor efetivo na carreira de magistério.

3.2 Análise dos dados

A primeira questão de relevância, que não fazia parte inicialmente dos objetivos desta pesquisa, mas que tornava possível traçar um perfil de identidade de raça dos voluntários, foi responder como os eles se auto declaravam quanto a sua identidade. Veja como os voluntários se declararam no gráfico abaixo:

Gráfico 1 Identidade de Raça



Fonte: a pesquisa

Desta forma 71% dos participantes se declararam como pertencente a “raça negra” demonstrando que possuem uma identidade de raça constituída, mas ainda parece reafirmar o embranquecimento da raça quando se autodeclararam pardos justificados pela metodologia de pesquisa utilizada pelo IBGE. Fugindo a esta estatística um dos participantes que se auto declara pardo poderia ser reconhecido pelo grupo como branco.

Embora os voluntários apresentam uma identidade fenotípica que se assemelhe ao povo negro, percebe-se a ausência de identidade política e ideológica descrita por

Munanga (2009) uma vez que identificar-se negro está muito além de reconhecer a cor de sua tez, mas a reconhecer como parte de uma cultura e de uma história. Esta identidade política será constituída após os sujeitos terem a oportunidade de se apropriarem da sua cultura, sua história e a história do seu povo.

No contexto dos questionamentos foi inquerido sobre a concordância da existência de racismo no país, onde obtivemos as seguintes respostas – aninhadas com unanimidade - nos relatos a seguir:

Tabela 1 – Resposta para existência do racismo

<i>Sim</i>
<i>Presenciamos cotidianamente fatos relacionados a este desprezível comportamento humano;</i>
<i>Nossa sociedade é impregnada de racismo. O pior é que temos um racismo velado; em diversos setores ou lugares;</i>
<i>Muitas atitudes ainda são racistas, deveria o tema ser explicado em todos os meios de comunicação, escola, casa, etc.</i>
<i>Ainda há neste país que acreditam que o que faz uma pessoa de bem é a cor/crença/política;</i>
<i>Há racismo das formas mais variadas: religioso, cultural, com idosos, deficientes, etc.</i>
<i>Devido às cenas passadas nas redes sociais. Frases como: “macaco” tem se tornado comum.</i>
<i>Pelos fatos ocorridos na mídia e em nossas escolas dia a dia</i>
<i>Pois todos os dias ocorrem relatos de pessoas que sofreram racismo.</i>
<i>Com certeza ocorre de maneira sutil e velada e outras de maneira explícita mesmo.</i>
<i>Há um racismo velado que está incrustado na vida cotidiana das pessoas vivenciamos</i>
<i>Sempre ocorre casos de pessoas que sofrem racismo</i>
<i>Nós vivenciamos diariamente o racismo cada vez que tentamos afirmar que o mesmo não existe</i>

Fonte: Pesquisa de campo

Faz-se mister destacar que um participante concorda com a existência do racismo, no entanto absteve-se da justificava. Em unanimidade os voluntários declararam que ainda existe racismo no Brasil e que já presenciaram ou foram vítimas dele, o que derruba mais uma vez a tese da democracia racial existe no Brasil em pleno século XXI. Mas, apesar de terem auto identidade negra, analisando o discurso, consideram-se despreparados em termos de formação acadêmica para realizar o enfretoamento desta contentada entre seus alunos. Contudo quando se trata de vivência apenas um voluntário

não presenciou cenas de racismo, mas tinha conhecimento de sua existência por meio de jornais, livros e outros meios de comunicação.

Gráfico 2 Mediador de conflitos raciais



Fonte: Pesquisa de campo

Quando indagados sobre o conhecimento da Lei 10.639/2003 que modifica o artigo 26A da LDB tornando o ensino de história e cultura afro-brasileira e história da África e dos africanos obrigatória nos estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior, oficiais e particulares e que tal matéria foi inserida no currículo, obtivemos afirmativas e negativas, agrupadas da seguinte forma:

Tabela 2 – Conhecimento da Lei 10.639/03

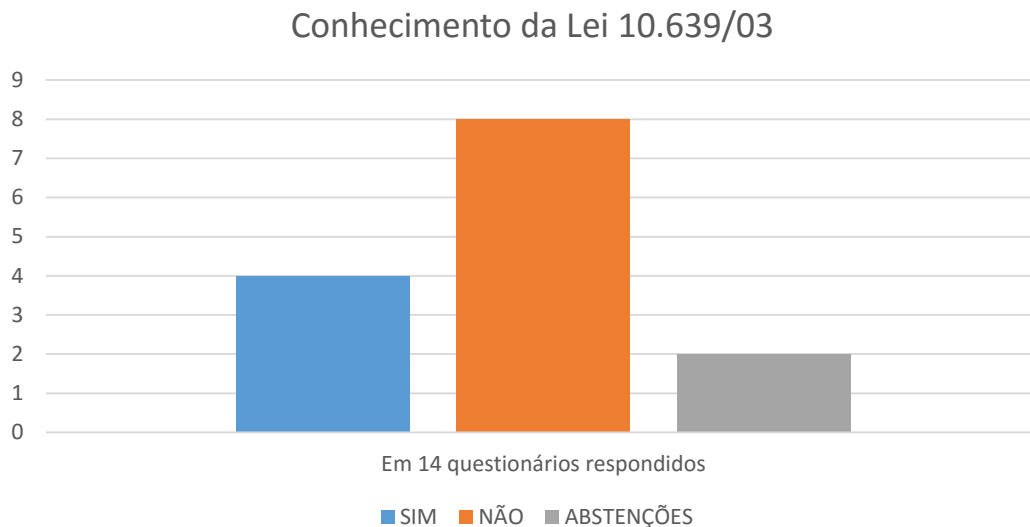
SIM	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Trabalhar as diferentes culturas que existem no país;</i> • <i>Trabalhando a valorização da cultura afro brasileira e seu reconhecimento;</i> • <i>Tem que se trabalhar toda a história e cultura afro-brasileira inseridos nas matérias português, história e geografia;</i> • Havia escutado fala, mas não sabia que já deveria estar no currículo da educação infantil. Trabalhávamos apenas no dia 20 de novembro; • Conheço e atualmente estou cursando Educação para relações étnico-raciais, que tem contribuído de forma quase satisfatória para a ampliação do conhecimento - no quesito análise de livro didáticos e literatura infantil. No centro de ensino especial, a inserção do ensino de História e Cultura Afro-brasileira tem acontecido de maneira ainda morosa. Os professores que cursam tal temática ainda estão um tanto quanto perdidos na adaptação ao currículo funcional dos alunos; • Conheço a lei, mas trabalho de forma muito incipiente com meus alunos,
NÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Não conheço a lei citada e acredito que muitos colegas não conheçam também. Em relação as questões de Cultura Afro o currículo é trabalhado de maneira natural sem maiores problemas; • Não. E daí se percebe o quanto nos negros falhamos, pois como eu, acredito que muitos não conhecem; • Não conheço a lei, mas concordo que deva ser substituída por lei que contemple a obrigatoriedade de disciplinas que ajudem a extirpar este câncer chamado preconceito racial que permeia nossa sociedade;

Fonte: Pesquisa de campo

Importante ressaltar que entre os entrevistados, três alegaram desconhecimento total e dois se abstiveram da resposta.

O foco central da pesquisa estava em buscar conhecer como a lei 10.639/03 estava sendo aplicada na Educação Infantil, ou seja, como estava sendo constituída a educação para as relações étnico raciais em sala de aula. A pesquisa demonstrou que pouco mais de 15% dos pesquisados tinham conhecimento da Lei que tornava obrigatório o ensino de história e cultura afro brasileira e história da África obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior oficiais e particulares e que tal matéria foi inserida no currículo da Educação Infantil.

Gráfico 3 - conhecimento da lei 10.639/03



Fonte: Pesquisa de campo

A próxima indagação refere-se à formação do professor para atuar com educação para as relações étnicos raciais na escola. Com exceção de apenas dois professores que atualmente tem curso de formação continuada na área, os demais responderem não possuir tal capacitação na atualidade.

Gráfico 4 - Capacitação na área específica



Fonte: Pesquisa de campo

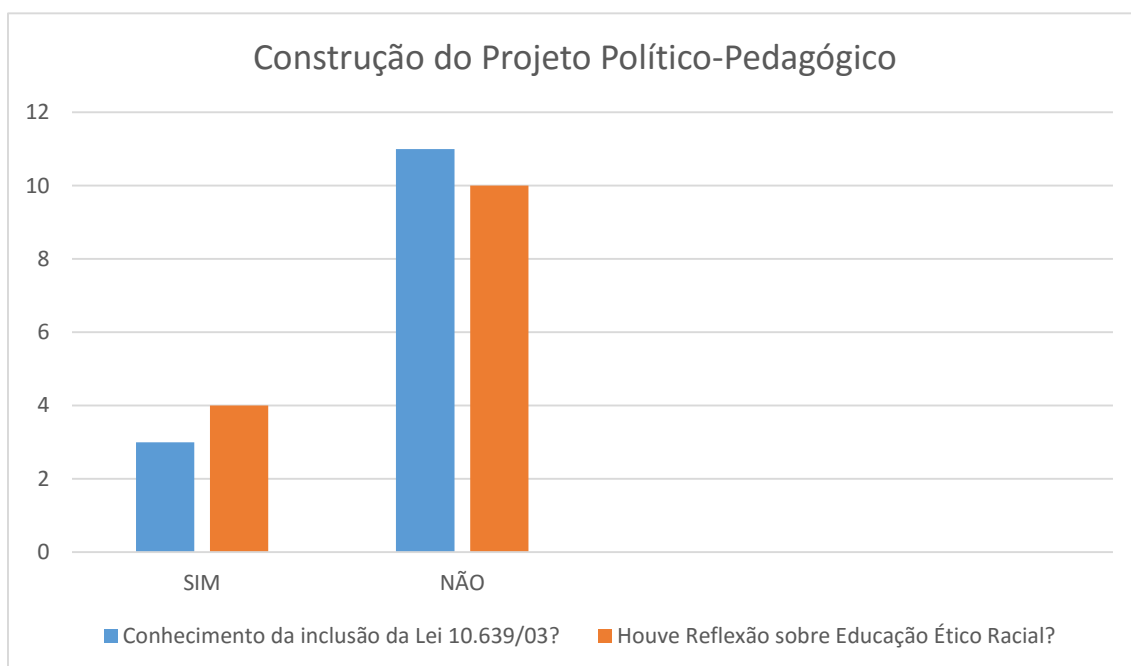
A partir daí pode-se inferir que a relação e a formação de professores no ambiente da coordenação pedagógica são incipientes e que os casos são tratados de acordo com a

vivência que cada professor apresentava acerca do tema, não havendo um aprofundamento da temática.

O desconhecimento e a falta de formação continuada favoreciam para ausência de valorização e construção da identidade negra no âmbito da educação infantil, apesar da análise do currículo em movimento da educação infantil proposto pela SEEDF trazer em seu escopo várias habilidades e competências a serem trabalhados e alcançados com os educandos.

O gráfico abaixo representa o questionamento sobre a implementação da Lei 10.639/03 no PPP da Instituição de Ensino e se na construção do referido projeto, houve a reflexão acerca da educação para as relações étnico raciais.

Gráfico 5 – construção do projeto político pedagógico



Fonte: Pesquisa de campo

3.3 Análise das Representações dos alunos

Mesmo representando apenas 2% dos alunos da Unidade de Ensino foi possível verificar que as representações de auto identidade atendiam aos fenótipos que se apresentavam compatíveis com as características que cada um apresentava. Na maioria

dos desenhos os alunos tiveram o cuidado de escolher lápis de cor que representavam a cor da sua pele, a característica do seu cabelo, a sua altura, a cor dos seus olhos.

Esta foi uma atividade desafiadora uma vez que foi solicitado apenas que se desenhassem, não esquecendo nenhuma característica. Uma aluna perguntou como se desenharia se não conseguia se ver? Então, foi orientado que ela se olhasse no espelho. Um outro aluno sugeriu que olhasse a sua foto. Mas não foi necessário, a riqueza de detalhes foi demonstrada na caneta hidrocor marrom para delimitar o seu corpo e posteriormente na cor preta para definir a cor dos seus cabelos e olhos negros. Como demonstra o desenho abaixo: desenho 1

Figura 1 – representação de identidade



Fonte: Pesquisa de campo

No desenho 2 o aluno demonstra que mesmo tendo o cabelo negro e liso faz questão de ressaltar o tom enegrecido da sua pele, detalhe: não esqueceu dos óculos que também fazem parte da sua identidade.

Figura 2 - Representação de identidade



Fonte: Pesquisa de Campo

No desenho 3 o aluno também demonstrou por meio do lápis laranja a cor da sua pele que tem uma melanina um pouco menos acentuada, mas que o difere do branco, não se esqueceu da sua marca mais importante o sorriso largo sempre presente.

Figura 3 - Representação de identidade



Fonte: Pesquisa de Campo

No desenho 4 o aluno demonstrou o seu cuidado com os cabelos cacheados, mas que estão sempre escovados e devidamente com laços coloridos como sempre gostava de se aprestar. Também teve o cuidado de ressaltar o tom pardo da sua pele.

Figura 4 - Representação de identidade



Fonte: Pesquisa de Campo

O desenho 5 o educando evidenciou o seu porte físico, o cabelo crespo sempre raspado e o boné como característica marcante, mas não evidenciou a cor da sua tez.

Figura 5 - Representação de identidade



Fonte: Pesquisa de Campo

O desenho 6 foi realizado por um estudante de baixa visão, demonstrando a sua dificuldade com as cores apesar de ser orientado a pintar. Aqui a dificuldade visual

apresentada a faz utilizar apenas as cores de contraste com o branco não evidenciando a sua identidade de raça. Pode-se observar que seu rosto não apresenta uma definição clara como nos outros desenhos, mas há traços que do ponto de vista desta pesquisadora esboçam o seu rosto e seu cabelo.

Figura 6 - Representação de identidade



Fonte: Pesquisa de campo

O desenho 7 o educando também faz referência ao seu pertencimento racial por meio do lápis de cor utilizado, traça seus cabelos em carapinha e ressalta o seu nariz e lábios grosso e grandes.

Figura 7 - Representação de identidade



Fonte: Pesquisa de Campo

Após a descrição dos desenhos percebe-se que mesmo que não tenham sido evidenciados no comando para destacar tais detalhes descrito os alunos demonstraram sua identidade negra com respeito, cuidado e muita criatividade. O que evidenciou que o trabalho que era realizado pela unidade de ensino por meio do momento coletivo onde era realizada um encontro para se contar histórias e a cada semana era levado para o aluno um livro previamente analisado pelo professor e realizado as devidas ampliações e adequações visando abranger e dirimir as diversas deficiências apresentadas pelos educandos com o intuito de promover o contato com a literatura por meio do lúdico, da fantasia e levando ensinamentos que poderiam ser aplicados no seu cotidiano. O que foi orientado pelas Diretrizes do currículo da educação infantil que era concebido por conjunto de práticas que buscavam articular os saberes

Por meio das observações do cotidiano, percebeu-se que os valores civilizatórios tão bem descritos por Trindade (), Munanga (2009) e Leite (1995-96) estavam presentes no cotidiano dos alunos uma vez que a musicalidade, a ludicidade, a corporeidade, da circularidade e o resgate de sua história por meio da oralidade presentes nas atividades de dança, a capoeira que realizavam como atividade complementar ofertado na escola.

Embora o grupo declare não conhecer a Lei 10639/03 foi constatado que, a educação para as relações étnico raciais vinha sendo desenvolvida por meio atividades que trazem para o contexto escolar a cultura, a história e como citado por um voluntário da pesquisa o tema era trabalhado exclusivamente no dia 20 de novembro – dia da consciência negra, um marco, um caminho, portas abertas para se ampliar a educação para as relações étnico raciais.

Considerações Finais

O currículo como espaço de disputa que precisa promover a transformação social, política e econômica, hoje, recebe influências de todos os povos que constituem esta nação e influenciando pelos movimentos negros imputa a escola a responsabilidade de resgatar a história desta comunidade, agora contada pelo povo negro. Neste sentido os movimentos sociais tiveram grande influência na luta pela universalização do ensino abrindo caminhos para que o povo negro também pudesse ter acesso a educação bancária. A lei 10.639/03 que institui o Ensino de História e cultura dos afrodescendente e História da África dos diversos níveis educacionais culmina como parte do resultado da luta do povo negro, agora iniciamos uma nova luta que a implementação da lei.

A lei 10.639/03 que completou 12 anos ainda encontra dificuldades no ambiente escolar que vão desde o desconhecimento da inclusão da educação para as relações étnico raciais nos currículos até a formação continuada que não chega ao conhecimento dos professores.

Um aspecto que se faz necessário destacar é que a formação inicial, que também está contemplada na lei, sendo um fator importante para a formação dos professores acerca do tema educação para as relações étnico raciais e possíveis práticas pedagógicas na escola. A partir do momento que se tem a formação de professores nas universidades que tem a instrução acerca do estudo de cultura e história afro-brasileira e africana, estes professores poderão proporcionar aos seus alunos a construção de identidade negra política e ideológica capaz de lutar contra o racismo e outras formas correlatas de discriminação.

Outro aspecto a ser destacado e que confirma a ideia de Imbernón (2009, p.26) “é preciso realizar um trabalho colaborativo e cooperativo, onde se tenha a intenção de adquirir novos conhecimentos e ter a vontade de mudar.” Esta vontade será a motivação para buscar a formação continuada que dará o suporte para o professor construir a sua identidade, realizar suas reflexões e ter condições para mediar tensões no ambiente escolar quando se refere a discriminação e o racismo. O conhecimento do povo negro como parte do processo de formação da cultura deste país, certamente, trará mais

confiança às pessoas que sempre estiveram marginalizadas do processo, pois tratam-se de auto estima e valorização.

Quanto a postura de professores e gestores diante do tema verifica-se que o fato da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional não trazer em seu parágrafo 26A de forma explícita que todos os professores, sem exceção, devem trabalhar a educação para as relações étnico raciais, através da valorização da cultura africana afro-brasileira pode-se inferir que o corpo docente ainda se fundamenta na prioridade de que as disciplinas de literatura, história e artes terem esse compromisso. Este fato é compreensível quando se constata que a formação continuada parece não chegar ao conhecimento daqueles que interessa para assegurar ao discente uma educação capaz de promover relações étnico raciais saudáveis, respeitosa. Livre de qualquer tipo e forma de racismo.

Embora na fala dos professores da unidade de ensino em estudo não esteja explícito no trabalho pedagógico ações diretivas para a educação das relações étnico raciais os alunos em suas representações conseguem trazer elementos que demonstram o seu pertencimento a raça negra.

Precisamos nos apropriar deste espaço denominado coordenação pedagógica para nos qualificarmos e enfrentarmos este tema delicado onde o povo negro passe a ser ator, sujeito da sua própria história, não meros escravos, reconhecendo-se como parte na formação da sociedade brasileira mesmo de forma dolorosa, doando seu suor e seu sangue. Um povo que se silencia, busca aprender a cultura do branco mesmo que imposta e é capaz de cobrar como estamos fazendo após anos de luta, fazer as suas conquistas e buscar o seu reconhecimento jamais poderá ser chamado de *povo preguiçoso, indolente* (grifo meu) e tantas outras adjetivações a nós submetidas, de maneira discriminatória, difamatória e pejorativa.

Construímos esta Nação doando o trabalho, por isso precisamos resgatar o valor destes que nos ajudaram e trouxeram influências culturais, intelectuais, culinárias, musicais, religiosas, que são de certa forma reconhecidos pelos outros grupos e povos do mundo e fizeram deste país o que é hoje.

Neste sentido, a pesquisa contribuiu para a sociedade quando se verifica que ações têm sido realizada de forma pontual, cada um em seu espaço de acordo com o

posicionamento político e ideológico de cada profissional, sem divulgação e compartilhamento de experiências positiva que possam de fato agregar valor a esta causa.

Entretanto, não podemos desconsiderar os avanços como a inclusão do tema no currículo. Sugiro uma melhor divulgação e sensibilização por parte dos setores políticos e administrativos da Secretaria de Educação do Distrito Federal para que todos tenham conhecimento e possam reconstruir sua identidade de raça, não apenas na sua tez, mas inclusive e principalmente nos direitos que nos foram negados durante séculos.

Configura-se aqui a necessidade de um resgate da memória e a relevância do estudo de história e cultura afro-brasileira e história da África como resgate da identidade do negro em sua magnitude para se reescrever a história do país, fornecendo elementos para que todos possam construir suas identidades política e ideológica e que possam orgulhar-se de ser negro não apenas pela estética e pela moda, mas pelo orgulho de ser negro, pela sua história.

Fica evidenciado através desta pesquisa, a necessidade de maior divulgação, direcionamento especial para a qualificação dos professores que atuam na educação infantil disseminando a literatura infantil como meio de alcance para que crianças negras se vejam representadas fora dos padrões eurocêntricos através de instrumentos pedagógicos e reais dentro do seu contexto histórico.

Acredito no conhecimento como forma de superação das opressões em todos os seus níveis, principalmente através da conscientização política e do reconhecimento da historicidade de nossa diversidade cultural, alicerçados à construção social ética e transformadora da consciência para eliminação do racismo e outras formas correlatas de discriminação.

Ao ensejar e não esgotar tais reflexões intrinsecamente vinculadas à identidade, à memória e o fortalecimento de uma raça, parafraseando Toni Garrido “[...] você não sabe o quanto eu caminhei pra chegar até aqui, percorri milhas e milhas antes de dormir, eu nem cochilei, os mais belos montes escalei nas noites escuras de frio chorei...”

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2011.

BANTON, Michael. **Ideia de raça(s)**. Lisboa: Ed 70, 1977. 199 p (Perspectivas do homem. As culturas, as sociedades).

BRASIL. Ministério da Educação/Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira/Diretoria de Estatísticas Educacionais **Censo Escolar da Educação Básica**. Brasília. Inep. 2015

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil**. Disponível em: file:///C:/Users/Sandra%20Souza/Downloads/DCN%20E%20Infantil%20rceb005_09.pdf. Acesso em 08/09/2015

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira**. Brasília, DF, 2004. Disponível em file:///C:/Users/Sandra%20Souza/Downloads/DCN%20Educacao%20para%20relações%20étnico%20raciaisres012004.pdf. Acesso em 10/09/2015

_____. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

Ministério da Educação. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino e história e cultura afro-brasileira e africana**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013, P. 77.

CASHMORE, Ellis *et al.* **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Summus, 2000.

CELESTINO, Marcos Roberto. **Coordenação Pedagógica e corpo docente: a importância da formação continuada.** In: Augusto Guzzo Revista Acadêmica, nº 9, São Paulo, 2012.

Dicionário Michaelis Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=identidade>. Acesso em 29 de setembro de 2015

DISTRITO FEDERAL (Brasília). **Currículo Em Movimento da Educação Infantil.** Disponível em <http://issuu.com/sedf/docs/2-educacao-infantil>

_____. **Projeto Político Pedagógico Centro de Ensino Especial 01 Samambaia.** Disponível em: <http://sumtec.se.df.gov.br/sistemas/ppp/wp-content/uploads/2014/10/PPP-CEE-01-de-Samabaia.pdf>

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Regimento escolar da rede pública de ensino do distrito Federal**, 6ª Ed. Brasília, 2015

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974

GEGLIO, Paulo César. **O papel do coordenador pedagógico na formação do professor em serviço.** In: O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola/Vera Maria Nigro de Souza Placco, Laurinda Ramalho de Almeida, organizadoras – 9ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012, p. 115-116.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professor.** In: Educação e Pesquisa. São Paulo, v 29, n 1, p 167-182, jan-jun., 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a12v29n1.pdf> Acesso em 20/09/2015.

GOMES, Nilma Nilo. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão** in: Educação Anti-Racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo: Diversidade e currículo.** Organizado por Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>. Acesso set/2015

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002. 231 p

IBGE, Notas técnicas Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/notas_tecnicas.pdf. Acesso em 17 out 2003

IMBERNÓN, Francisco. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. São Paulo: Cortez, 2009.

LEITE, Fábio. **Valores civilizatórios em sociedades negro-africanas**. In: África: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 18-19 (1).103-118, 1995/1996. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/Valores-civilizatorios-em-sociedades-negro-africanas4.pdf> Acesso em: 18/10/2015

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar: políticas, estruturas e organização** / José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi – 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010. – (Coleção Docência em Formação / coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta).

LOPES, Nei. **Dicionário escolar afro-brasileiro**. São Paulo: Selo Negro edições, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

MONSMA, Karl. **Racialização, Racismo e Mudança: um ensaio teórico, com exemplos do pós-abolição** Paulista. Natal, 2013.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação- PENESB-RJ, em 5 nov. 2003.

MUNANGA, K. (org.). **Superando o racismo na escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2005.

NÓVOA, A. (org.). **Formação de Professores e Profissão docente**. In: Nóvoa. Os professores e a sua formação. Lisboa, Portugal, D.Quixote, 1992 (Temas da Educação/1).

ORSOLON, Luzia Angelina Marino. **O coordenador/ formador como um dos agentes de transformação da/na escola**. In.: Almeida, Laurinda Ramalho de e Placco, Vera Maria Negro de Souza. O coordenador pedagógico e o espaço da mudança. Editora Loyola, 10ª edição, 2012, São Paulo.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia de pesquisa: abordagem teórico-prática**. 17ªed – Campinas, SP. Papirus, 2012

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de (Orgs.). **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. São Paulo, 9 ed. Edições Loyola,2012.

PRODAVAM, C.C.; FREITAS, E.C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª ed. Novo Hamburgo, 2013

SANTOS, Sales Augusto. **A Lei Nº 10.639/03 como fruto da luta Anti-Racista do Movimento Negro** in: Educação Anti-Racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade,2005.

SECADI. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10,639/03**. Brasília.2005.

Secretaria de Educação do Distrito Federal. **Coordenação de Informações Educacionais DF Censo Escolar SEEDF 2012**. Via e-mail pessoal.

_____. **Coordenação de Informações Educacionais DF Censo Escolar SEEDF 2013**. Via e-mail pessoal.

_____. **Coordenação de Informações Educacionais DF Censo Escolar SEEDF 2014**. Via e-mail pessoal.

THEODORO, Mário (org.); Jaccoud, Luciana; Soares, Sergei. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos de após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.

TRINDADE, Azoilda Loretto. **Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil**. Programa Salto par o Futuro Disponível em: <http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/Valores%20civilizat%C3%B3rios%20afrobrasileiros%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil%20-%20Azoilda%20Trindade.pdf>. Acesso em 26 de outubro de 2015.

WILLIANSO, Marianne. Atribuído a Nelson Mandela pelo seu discurso de posse, em 1994. Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/frase/MTIyMjk3/>

APÊNDICE 1

Instrumento de pesquisa

Universidade de Brasília

Escola de gestores da Educação Básica

Curso de Pós-Graduação Latu sensu em Coordenação Pedagógica.

Pesquisa sobre DIVERSIDADE NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: educação para as relações étnico raciais; para obtenção do título de especialista em coordenação pedagógica.

Objetivo desta pesquisa é analisar como está sendo desenvolvido o currículo para as relações étnicos raciais na Educação Infantil de uma escola de ensino especial do Distrito Federal.

Responsável pela coleta dos dados: Sandra Pereira de Souza

Orientador/a: Lucilene Costa e Silva

Agradeço a sua disponibilidade em participar desta pesquisa, pois sua participação será de extrema relevância para que se compreenda a realidade na qual estamos inseridos.

Neste momento que lhe deixar a vontade para responder as questões sinta, pois não há necessidade de identificação.

- 1) Qual a sua idade?
- 2) Sexo: () F () M
- 3) Como você se autodeclara quanto a raça/cor segundo critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE (2010)?

<input type="checkbox"/> preta	<input type="checkbox"/> parda	<input type="checkbox"/> branca	<input type="checkbox"/> amarelo
<input type="checkbox"/> indígena. Qual etnia? _____	<input type="checkbox"/> outros _____		
- 4) Qual a sua formação inicial?
- 5) Qual o seu vínculo com a Secretaria de Educação do Distrito Federal?

<input type="checkbox"/> Efetivo	<input type="checkbox"/> Contrato Temporário
----------------------------------	--
- 6) Qual a sua função na escola hoje?

<input type="checkbox"/> Professor/a	<input type="checkbox"/> Diretor/a	<input type="checkbox"/> Vice-diretor/a
<input type="checkbox"/> coordenador/a	<input type="checkbox"/> Supervisor/a Pedagógico/a	
- 7) Há quanto tempo atua no magistério?

<input type="checkbox"/> 1 a 5 anos
<input type="checkbox"/> 6 a 10 anos
<input type="checkbox"/> 11 a 15 anos
<input type="checkbox"/> 16 a 20 anos
<input type="checkbox"/> 21 a 25 anos
<input type="checkbox"/> 26 ou mais

8) Você concorda que em nosso país há racismo.

() Sim () não

Explique: -----

9) Em sua vivência já presenciou ou tem conhecimento de alguma situação de racismo. Relate e diga como se sentiu.

10) O que você acha de a escola abordar a questão da educação para as relações raciais na educação infantil?

11) Você conhece a Lei 10.639/03 que modifica o artigo 26A da LDB tornando o ensino de História e Cultura afro-brasileira e história da África e dos Africanos obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior, oficiais e particulares e que tal matéria foi inserida no currículo. Como você desenvolve tal currículo?

12) O professor/a como mediador do saber acaba também solucionando conflitos em sala de aula. Qual a sua postura diante de uma cena de discriminação em sala de aula?

13) Você considera que o seu conhecimento é satisfatório para lidar com tais conflitos ou para promover a construção da identidade negra com o devido respeito que todo cidadão tem direito?

14) Você tem alguma formação para trabalhar as relações raciais na escola? Qual? E como ficou sabendo?

15) Tem conhecimento de que a lei 10.639/03 deveria estar prevista implementação no PPP da escola.

16) Em algum momento na construção do PPP a escola promoveu algum momento para reflexão sobre educação para as relações raciais.

17) Você participou nos últimos três anos de algum curso de formação continuada com a temática de educação para as relações raciais? Qual?

18) Caso você queira participar de estudos posteriores desta pesquisa por favor se identificar e deixar seu contato.

Apêndice II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada **“Diversidade no currículo da educação Infantil: educação para as relações étnicos raciais”**, sob a responsabilidade da pesquisadora **Sandra Pereira de Souza**.

Nesta pesquisa estou buscando analisar o como está sendo desenvolvido o as relações étnico raciais no currículo da educação infantil em uma instituição de ensino especial do Distrito federal. Pretendo alcançar o objetivo geral a partir dos seguintes objetivos específicos: verificar o conhecimento de gestores e professores acerca do tema; analisar a relação e formação dos professores com o tema etnoracial no ambiente da coordenação pedagógica; verificar as representações das crianças a luz do tema da diversidade etnoracial buscando reconhecer elementos que permitam o diálogo entre a realidade e a Lei 10.639/03 e investigar como a Lei 10.639/03 está sendo aplicada na educação infantil de uma instituição do Distrito Federal.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Sandra Pereira de Souza antes da aplicação do instrumento de coleta de informações no próprio contexto de pesquisa, ou seja, na escola acima mencionada.

Na sua participação você será submetido a um questionário composto por 18 (dezoito) perguntas. A pesquisadora pretende coletar dados sobre como as coisas tornaram-se o que são, bem como descrições dos seus problemas e aspirações atuais, relacionadas a sua atuação profissional e a seu contexto de trabalho diante da Lei 10639/03. As informações que você fornecer serão organizadas, analisadas e referendadas teoricamente.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

O risco consiste em tornar público suas concepções, percepções e experiências profissionais, que podem ou não estar de acordo com as ideias apresentadas pelos autores que referenciaram a pesquisa. O benefício será contribuir com a melhoria das práticas curriculares desenvolvidas com alunos da Educação Infantil no contexto da escola na qual trabalha. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Sandra Pereira de Souza no telefone (61) 3901 7744; ou no Centro de Ensino especial 01 de Samambaia. Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres-Humanos – Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A sala 224, Campus Santa Mônica – Uberlândia –MG, CEP: 38408-100; fone: (34) 3239 4131.

Brasília, de outubro de 2015

Assinatura da pesquisadora

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Participante da pesquisa

Apêndice III

Termo de Ciência da Instituição

Eu, _____, RG nº _____, matrícula SEEDF nº _____, diretora do Centro de Ensino Especial 01 de Samambaia – DF, declaro ter sido informado pela pesquisadora Sandra Pereira de Souza a respeito dos riscos, benefícios e confidencialidade da pesquisa a ser feita com (Professores, Coordenadores, Supervisor pedagógico, Diretor e Vice Diretor) desta escola,, cujo o Título é DIVERSIDADE NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: educação para as relações étnico raciais. Também estou ciente e autorizo (colocar o que está autorizado a fazer, por exemplo, observar reuniões pedagógicas, aulas, atividades dos alunos, etc.) mediante a publicação e divulgação dos resultados, por meio digital e/ou impresso, que omitirão todas as informações que permitam identificar quaisquer dos profissionais deste estabelecimento de ensino.

Brasília, 27 de outubro de 2015.

Assinatura do participante